



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



MATEUS FERNANDES SILVA

**O CAVALEIRO MEDIEVAL NA CONTEMPORANEIDADE:
COOPTAÇÃO, APROPRIAÇÃO E OS USOS POLÍTICOS DA IDADE
MÉDIA POR GRUPOS DE EXTREMA-DIREITA**

MARIANA
Julho 2025

MATEUS FERNANDES SILVA

**O CAVALEIRO MEDIEVAL NA CONTEMPORANEIDADE:
COOPTAÇÃO, APROPRIAÇÃO E OS USOS POLÍTICOS DA IDADE
MÉDIA POR GRUPOS DE EXTREMA-DIREITA**

Monografia apresentada ao Departamento
de História do Instituto de Ciências
Humanas e Sociais da Universidade
Federal de Ouro Preto para obtenção do
título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Tadeu Salles.

MARIANA

2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586c Silva, Mateus Fernandes.

O cavaleiro medieval na contemporaneidade [manuscrito]: cooptação, apropriação e os usos políticos da idade média por grupos de extrema-direita. / Mateus Fernandes Silva. - 2025.
81 f.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Tadeu Salles.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em História .

1. Idade Média. 2. Cavalaria. 3. Medievalismo. 4. História Pública. I.
Salles, Bruno Tadeu. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 94

Bibliotecário(a) Responsável: ELIANE APOLINARIO VIEIRA AVELAR - CRB6/3044



FOLHA DE APROVAÇÃO

Mateus Fernandes Silva

O Cavaleiro Medieval na Contemporaneidade: Cooptação, Apropriação e os Usos Políticos da Idade Média por Grupos de Extrema-Direita

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História

Aprovada em 14 de abril de 2025

Membros da banca

Prof. Dr. Bruno Tadeu Salles - Orientador(a) - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Robson Murilo Della Torre - (Universidade Estadual de Montes Claros)
Prof. Dr. André de Lemos Freixo - (Universidade Federal de Ouro Preto)

O Prof. Dr. Bruno Tadeu Salles, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 10/05/2025



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Tadeu Salles, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/05/2025, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0908144** e o código CRC **ED0D54F3**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus e ao meu Santo de devoção, São Jorge, por me guiarem e protegerem ao longo da vida e durante esse período de graduação.

Agradeço a minha família, em especial aos meus pais, Jaider de Oliveira Fernandes e Solange Maria da Silva Fernandes, por sempre estarem ao meu lado.

Agradeço eternamente aos amigos antigos e aos novos que fiz ao longo da graduação. Agradeço, especialmente, aos amigos Carlos, João, Douglas, Gabriel, Pedro, Kelly, Dário, Marcos, Felipe, Lucas, Luã e Maxuel. Agradeço também, especialmente, às amigas Maria Giulia, Amanda, Luana, Letícia e Vitória. Agradeço também, muito especialmente, à minha querida e amada Joana Marcela.

Agradeço a Universidade Federal de Ouro Preto, seu corpo docente, discente, direção e administração que tornaram essa graduação possível.

Agradeço aos professores, em especial o professor Marco Antônio Silveira e as professoras Andréa Lisly e Claudia Chaves, pelas aulas ministradas e pelos auxílios tão gentilmente fornecidos para este trabalho.

Agradeço também aos professores André Freixo e Robson pela leitura crítica e pelos apontamentos que contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço, muito especialmente, ao meu orientador, o Professor Doutor Bruno Tadeu Salles. Sou eternamente grato por sua atenção e orientação, fundamentais para a realização deste trabalho.

Meus mais sinceros agradecimentos a todas as pessoas que, de alguma forma, me auxiliaram ao longo da vida e dos anos de graduação e pesquisa.

“Et tout les jours passés dans la tristesse

Nous sont comptés comme des jours heureux!”

(Da ópera Ariodant (1799), de François-Benoit Hoffman e Étienne Méhul)

(E do livro O Rei de Amarelo (1895), de Robert William Chambers)

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo analisar um fenômeno que tem se tornado cada vez mais recorrente nos discursos de grupos aliados à extrema-direita: a cooptação, apropriação e usos políticos da Idade Média e da figura do Cavaleiro medieval, problemática que tem se manifestado no fenômeno do Neotemplarismo, evento este que tem se tornado mais evidente no Brasil nas últimas três décadas. Buscando evidenciar as problemáticas presentes nas apropriações presentes nos discursos anacrônicos, revisionistas e reacionários da extrema-direita, este trabalho pretende realizar uma análise crítica desses discursos que fazem-se fortemente presentes na forma de neomedievalismos propagados pela extrema-direita. Tendo como base os estudos a respeito da Cavalaria e da Idade Média realizados de forma criteriosa pela comunidade acadêmica, este trabalho pretende evidenciar as complexidades presentes nos estudos medievais, buscando assim, promover formas de se contrapor às narrativas mobilizadas por grupos ligados à extrema-direita. Compreendendo a necessidade de se contrapor ativamente aos processos de cooptação e instrumentalização da História, este trabalho busca propor a construção de espaços de diálogo entre o ambiente acadêmico e a sociedade civil, procurando destacar a importância da História Pública e dos projetos de divulgação científica como maneiras de se promover o acesso ampliado aos debates acadêmicos e aos conhecimentos históricos e também como se contrapor aos usos indevidos e aos revisionistas e negacionistas propagados por grupos reacionários.

Palavras Chave: Idade Média, Cavalaria, Medievalismo, Neomedievalismo, Ordem do Templo, História Pública.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze a phenomenon that has become increasingly recurrent in the discourses of groups allied to the extreme right: the co-opting, appropriation and political uses of the Middle Ages and the figure of the medieval knight, a problem that has manifested itself in the phenomenon of Neo-Templarism, an event that has become more evident in Brazil in the last three decades. Seeking to highlight the problems present in the appropriations present in the anachronistic, revisionist and reactionary discourses of the extreme right, this work aims to carry out a critical analysis of these discourses that are strongly present in the form of neo-medievalisms propagated by the extreme right. Based on the studies of chivalry and the Middle Ages that have been carefully carried out by the academic community, this work aims to highlight the complexities present in medieval studies, thus seeking to promote ways of countering the narratives mobilized by groups linked to the far right. Understanding the need to actively oppose the processes of co-optation and instrumentalization of history, this paper seeks to propose the construction of spaces for dialogue between the academic environment and civil society, seeking to highlight the importance of Public History and scientific dissemination projects as ways of promoting wider access to academic debates and historical knowledge, and also how to oppose the misuse and revisionist and denialist propagated by reactionary groups.

Key-words: Middle Ages, Chivalry, Medievalism, Neo-Medievalism, Order of the Temple, Public History.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 A CAVALARIA E O CAVALEIRO: UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO.....	10
1.1 O Nascimento da Cavalaria e do Cavaleiro.....	10
1.2 As “raízes bárbaras” dos Nobres Guerreiros da Idade Média.....	11
1.3 A Cavalaria e o Cavaleiro Medieval: Processos e Transformações.....	16
1.4 O vocabulário da Cavalaria.....	20
1.5 As Funções e a Natureza da Cavalaria Medieval.....	22
1.6 Um breve comentário a respeito do mito e da realidade da Cavalaria.....	24
2 MEDIEVALISMO: A CONSTRUÇÃO DA IDADE MÉDIA E DO CAVALEIRO MEDIEVAL.....	32
2.1 A Idade Média ou “A Idade das Trevas” cunhada por Humanistas e Iluministas.....	33
2.2 A Instrumentalização da História, da Idade Média e os mitos de Origem das Nações.....	36
2.3 O Cavaleiro Medieval enquanto herói romântico, herói fundador e herói modelo.....	39
2.4 A instrumentalização da Idade Média no século XX.....	47
3 A CAVALARIA E IDADE MÉDIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: OS USOS POLÍTICOS DO MEDIEVO, DOS CAVALEIROS E DOS TEMPLÁRIOS NO CENÁRIO BRASILEIRO.....	52
3.1 O Brasil e o medievo: Um breve comentário sobre os estudos e as buscas do passado (neo)medieval no Brasil contemporâneo.....	54
3.2 O Medievalismo e o Neomedievalismo no cenário político do Brasil contemporâneo: Violências e O Mito de Fundação Luso-Brasileiro no Brasil.....	59
3.3 O Neotemplarismo e o Neomedievalismo nos movimentos políticos antidemocráticos de grupos ligados à Extrema-Direita: Do mito de fundação templário do Brasil ao Dia do Templário.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso nasce da busca de compreender o motivo de, no Brasil, grupos abertamente vinculados à extrema-direita reacionária, tenham buscado, em signos medievais e na figura do Cavaleiro Medieval, a formulação de uma estética e, em alguma medida, uma ética que alegam ser basilar para seus movimentos. Grupos violentos e abertamente reacionários têm recorrido ao Medieval e seus signos, cooptando e reinterpretando esses signos como forma de construir narrativas anacrônicas que buscam justificar essas apropriações e as violências que são cometidas a partir destas.

É neste contexto que torna-se possível observar que, no interior desses grupos, construíram-se discursos beligerantes que mobilizam ideais vagos de combate a “inimigos” e “traidores da pátria”. Esses discursos, por vezes, também buscam mobilizar um ideal vago de “Guerra Justa”, levando membros destes grupos a incitar atos de violência e a promover a estigmatização de sujeitos que pertencem a grupos minoritários.

A partir da análise desse fenômeno aterrador e profundamente problemático, pretende-se formular uma crítica a essas apropriações anacrônicas e desconexas da realidade brasileira e historiográfica. No anseio de evidenciar suas problemáticas, esta pesquisa também busca apontar para esse movimento, observando que este vem se desenhando como um profundo problema psicossocial: o uso de signos medievais pela extrema-direita como forma de realizar um revisionismo histórico e também como forma de atrair e cooptar jovens para seu perigoso e violento campo ideológico.

A primeira parte desta pesquisa propõe evidenciar a complexidade da cavalaria medieval. Buscando analisar o processo histórico de formação da Cavalaria, temos como principal base teórica as obras *A Cavalaria: da Germânia antiga à França do século XII*, de Dominique Barthélemy, *A Cavalaria: A origem dos nobres guerreiros da Idade Média*, de Jean Flori e *A Sociedade Cavaleiresca*, de Georges Duby. Essas obras são contribuições basilares que permitem pensar a Cavalaria a partir de suas origens, termos, transformações e funções históricas, permitindo, assim, uma análise aprofundada do tema.

A segunda parte da pesquisa busca pensar como o Medieval e os signos associados ao período foram e, em alguma medida, continuam sendo cooptados e reivindicados como um modelo a ser almejado e ovacionado por grupos majoritariamente reacionários. Alegando

serem defensores de “valores morais” e de um retorno a um “passado ideal glorioso”, membros destes grupos têm procurado produzir narrativas que relacionam os interesses da extrema-direita contemporânea com um ideal distorcido de uma suposta moralidade medieval.

Como forma de evidenciar que esses movimentos de cooptação de signos medievais não possuem qualquer base ou rigor, buscaremos apontar que estes signos adotados e mobilizados por grupos ligados à extrema-direita trata-se de construções que foram realizadas após esse período. Para evidenciar essas questões serão utilizadas obras e estudos de historiadores medievalistas, destacando as pesquisas do pesquisador Leslie Workman em seus *Studies in Medievalism*, as produções de Antonio Huertas Morales e Raquel Crespo-Villa, destacando em especial a obra *Idade Média: idade “mediada”, idade “multimédia”*, e do historiador Jacques Le Goff, destacando a obra *Em busca da Idade Média*, onde estes pesquisadores evidenciam o processo de construção da Idade Média. Por meio desses estudos torna-se possível apontar nuances ligadas tanto a esse complexo período quanto às interpretações que este período sofreu posteriormente, evidenciando também, a partir deles, as problemáticas das reivindicações e alegações de grupos reacionários a respeito desse momento histórico.

A terceira parte deste trabalho analisa as formas como, na modernidade e também na contemporaneidade, grupos reacionários de extrema-direita fazem da figura do Cavaleiro Medieval um modelo, um ideal conservador a ser almejado. Tendo como base teórica as pesquisas e considerações dos professores e pesquisadores Bruno Tadeu Salles, Guilherme Rodrigues Otoni Alcântara e Luiz Felipe Anchieta Guerra, a respeito dos avanços do Neo-Templarismo no Brasil, torna-se possível formular uma crítica a esse movimento.

A partir da análise de eventos presentes na contemporaneidade, como os ocorridos durante o período das eleições presidenciais de 2022 no Brasil, contexto no qual golpistas bolsonaristas, trajados de vestimentas que buscam emular uma estética que remete às Ordens de Cavalaria, nesse caso em particular, a escolha estética remetendo majoritariamente remetente à Ordem Templária, esperamos compreender como se construiu essa idealização e, a partir dessas considerações, tecer uma crítica a essas apropriações, ressaltando e reafirmando sua natureza anacrônica, problemática e violenta.

Por meio desta pesquisa, espera-se produzir uma análise que permita à academia e à História Pública atentar-se para a problemática questão da cooptação do Medieval e do Cavaleiro por grupos reacionários vinculados à extrema-direita. Uma vez que tornou-se

evidente o caráter violento, repressor e antidemocrático desses grupos, torna-se necessário atentar-se para estes e buscar estratégias de ensino que permitam evidenciar o problema que é o avanço dos discursos desses grupos.

Por meio desta pesquisa, esperamos evidenciar os perigos e as problemáticas que fazem-se presentes nesse processo de apropriação e sequestro de signos ligados à Idade Média. Uma vez evidenciada a importância de se buscar contrapor de forma rígida a estas apropriações que tão somente corroboram com a propagação de inverdades a respeito do medievo, esperamos também que, por meio da História Pública poderemos buscar trazer a luz do debate questões que evidenciam as complexidades do medievo, buscando aproximar a sociedade de discussões acuradas sobre o período, que é de grande interesse popular, e, deste modo, tecer críticas evidenciando as problemáticas das narrativas infundadas mobilizadas por estes grupos de extrema-direita.

1 A CAVALARIA E O CAVALEIRO: UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO

1.1 O Nascimento da Cavalaria e do Cavaleiro

Pensar historicamente o Cavaleiro¹ e a Cavalaria medieval trata-se de um empreendimento desafiador. Como demonstrado pelo pesquisador francês Jean Flori (2005, p.11), “a noção de cavalaria é mais complexa e multifacetada do que parece”. Para compreender as questões que permeiam a figura do Cavaleiro e a Cavalaria, nesta primeira parte da pesquisa será observado como a historiografia buscou compreender o surgimento dessa instituição guerreira, os termos ligados a ela e suas relações com a sociedade durante o período medieval.

Primeiramente é necessário observar, como bem apontou o pesquisador Jean Flori (2005, p.11), citando o historiador Franco Cardini, destacando sua obra *Aile radici délia cavalleria médiévale*, que, para os povos das estepes, o guerreiro a cavalo e a cavalaria fortemente armada, bem como seus ideais de culto ao cavalo, as espadas, a bravura e o desprezo da morte faziam-se presente nas tradições desses grupos. Esses valores oriundos das estepes foram, como aponta Flori (2005, p.11-12), transmitidos aos invasores “bárbaros” da Europa Ocidental e acabaram por se complementar e se unir a ideais germânicos como os de culto ao senhor-chefe da tribo, o que desenhava-se no surgimento de uma nova realeza após o desmembramento do Império Romano do Ocidente.

Traçar os processos de surgimento e formação da Cavalaria aos povos germânicos é fortemente amparado pelas pesquisas historiográficas. O pesquisador francês Dominique Barthélemy, em sua obra *A Cavalaria: Da Germânia à França do Século XII*, busca destacar essas relações. Barthelemy (2010, p.45) demonstra que, dentro do contexto da época medieval, “os Cavaleiros do século XII, nascidos nobres, pensavam descender de grandes heróis guerreiros”. Esses nobres buscavam construir uma genealogia onde eles mesmos, enquanto

¹ Uma observação importante destacada na tradução em português da obra *A Cavalaria: Da Germânia à França do Século XII*, de Barthélemy é que: os termos utilizados em francês para se referir a pessoa a cavalo (*cavalier*), seu agrupamento (*cavalerie*) e seu hábitos (*cavalières*), bem como o membro da Cavalaria (*chevalier*), são, como se pode observar, diversos. O português, como bem observado pelos tradutores, não permite essa distinção, sendo os dois grupos de sentido designados para as mesmas palavras, derivadas de “cavaleiro”. Compreendendo que essa distinção é, para Barthelemy, fundamental para acompanhar o processo de formação da Cavalaria, a tradução da obra optou por traduzir *cavalier(s)*, *cavalière(s)* e *cavalerie(s)* por “cavaleiro(s)”, “cavaleiresco(s)” e “cavalaria”, e “*chevalerie*”, “*chevaleresque(s)*” e “*chevalier(s)*” como “Cavaleiro”, “Cavaleiresco” e “Cavalaria”. Para manter a fidedignidade com a fonte e buscar manter maior proximidade, na medida do possível, com a obra original, buscamos adotar e empregar os termos da tradução. *A Cavalaria: Da Germânia à França do Século XII*, p.15.

guerreiros francos, em especial, seriam descendentes dos lendários guerreiros de Tróia, possuindo assim raízes troianas que justificavam sua “nobreza” e “bravura”. Por vezes, esses guerreiros também se viam como herdeiros dos condes das hostes de Carlos Magno, cujas virtudes e proezas em combate eram remanescentes dos feitos de cavaleiros lendários como Orlando², herói de inestimável bravura, força e valor que sacrificou-se em combate para combater os sarracenos.

Essa visão romantizada a respeito da ascendência da “nobreza” e da “bravura” dos cavaleiros, visão essa que mesclava-se a um imaginário mágico e mitológico, foi gradualmente colocada em análise na medida em que os estudos relacionados aos processos de formação e desenvolvimento da cavalaria avançaram. Buscando agora pensar essas questões de forma criteriosa e historiográfica, a Europa Moderna, na medida em que seus avanços nas áreas de pesquisas a respeito do Medievo se sofisticaram, tornou-se possível vislumbrar outras procedências guerreiras para a Cavalaria, em especial na Alemanha, cuja informação está vastamente registrada nos escritos do romano Tácito. É possível compreender em seus ritos de adubamento³ e seus valores de coragem e devoção a seu senhor que esses grupos possuíam, na análise de Barthelemy (2010, p.21), “ares de uma feudalidade virtuosa às portas de um Império em declínio, cuja parte ocidental logo irá conquistar”.

É basilar destacar a importância dos estudos e pesquisas promovidos por historiadores medievalistas como Flori, Duby e Barthelemy. É por intermédio das obras destes pesquisadores que podemos nos atentar para as complexidades e para a historicidade do fenômeno que foi a Cavalaria Medieval. Por meio de seus estudos esperamos salientar que a Cavalaria, enquanto evento historicamente construído e demasiadamente complexo, deve ser analisado com rigor metodológico acurado e, conseqüentemente, devemos também buscar tecer críticas contundentes a todo e qualquer movimento que busque simplificar ou instrumentalizar esse complexo fenômeno.

1.2 As “raízes bárbaras” dos Nobres Guerreiros da Idade Média

² Também conhecido como Roland. Cavaleiro lendário, usuário da lendária espada Durandal, que teria se sacrificado em batalha. Um conto de cavalaria popular que fez de Orlando exemplo do que seria, no imaginário, o cavaleiro ideal: fiel, destemido e valoroso. *A Cavalaria: Da Alemanha à França do Século XII*, pp.466-477.

³ Ritual onde guerreiros recebem suas armas e aparatos para lutar a cavalo. Esse ritual pode ser observado entre os povos da Alemanha e posteriormente também nos rituais de nomeação de Cavaleiros Medievais. *A Cavalaria: Da Alemanha à França do Século XII*, p.16, p.27 e pp.37-38.

É fundamental ressaltar que, ao pensar uma matriz germânica da Idade Média e da Cavalaria, de forma alguma Barthelemy e a tradição historiográfica sugerem essa ascendência em um sentido racial. Esta é uma consideração que, antes de tudo, trata-se de uma constatação de cunho sociológico. O historiador observa que diferentes povos como os Godos, os Lombardos, os Anglo-Saxões e os próprios Francos foram de grande contribuição na formação da Cavalaria e da Nobreza Medieval, tanto no que diz respeito à técnicas de batalha quanto a questões de cunho simbólico e que, por conta disso, é de bom tom analisar as contribuições desses grupos e a forma como sua cultura e técnicas guerreiras foram desenvolvidas.

Segundo Barthélemy (2010, p.21): “A Europa moderna descobriu, para eles e para a Idade Média, outras origens guerreiras, especialmente na Germânia descrita por volta do ano 100 pelo romano Tácito”. A obra *A Germânia*, de Tácito, trata-se de uma obra fundamental para pensar historicamente o nascimento da Cavalaria uma vez que, por meio dela, torna-se possível vislumbrar, mesmo que apenas de forma parcial, os costumes e práticas dos grupos guerreiros que habitavam a Germânia por volta do ano 100. Consciente dos avanços nas pesquisas e nos debates acadêmicos a respeito do surgimento da cavalaria, Barthélemy argumenta que embora os registros de Tácito sejam, para os estudos a respeito da Cavalaria, incontornáveis, seria temerário e pouco criterioso que se estabelecesse, por conta dele, que os antigos germanos como os únicos ancestrais da Cavalaria e da nobreza medieval. Como bem aponta Barthélemy (2010, p.22):

“Esta saiu da fusão de famílias diversas, germânicas e romanas, galo-romanas e galo-germânicas: a genealogia de Carlos Magno é um bom exemplo disso. Desde o século VI, a monarquia franca, enquanto regime político ou social é uma mistura, uma fusão de heranças, ou melhor, como notou desde 1875 Numa-Denis Fustel de Coulanges, ela é uma elaboração original e funcional a partir de elementos diversos”.

Deste modo, fica evidente que o surgimento e os processos de formação da Cavalaria provam-se muito mais diversos e complexos do que se poderia imaginar em um primeiro momento. Não se trata tão somente de adições a um “sistema germânico” e de seu processo de mitigação; é fundamental também buscar compreender como esse sistema se mesclou, confundiu e se estabelece ao longo do decorrer da história entre o ano 100 e o ano 1000.

Tendo apresentado essas questões que destacam as complexidades do processo de formação da Cavalaria, faz-se possível agora realizar o exercício de retorno à época de Tácito para pensar o surgimento da Cavalaria. É possível conceber, por meio do estudo de seus

escritos, que a partir do século VIII a. C. a posse de um cavalo e de algum tipo de espada de ferro nas regiões da Gália e da Germânia já distinguia uma elite. Parece haver, tanto na visão de Tácito quanto de César, uma tendência a considerar os guerreiros germânicos sempre preparados e propensos à batalha. Se, por um lado, isso acaba por ressaltar uma visão que, por vezes, é simplificadora desses grupos, pensando-os como violentos, há também momentos tanto nos escritos de Tácito quanto de César, em especial quando estes fazem menção a lealdade que esses guerreiros devotam a seus líderes, que reconhecem nesses guerreiros uma bravura e virtude digna de nota e admiração.

Os registros de Tácito em *A Germânia*, permitem observar, nesses povos, uma série de princípios que parecem dar forma a um *ethos* guerreiro. Havia, nesses grupos de guerreiros, uma ampla gama de nuances que revelam tanto a complexidade de suas relações quanto também suas formas de pensamento e organização enquanto grupo.

É evidenciado, pelos registros de César, na obra *A Guerra das Gálias*, que os guerreiros gauleses, em especial os guerreiros montados a cavalo, tinham uma enorme força e habilidade que provava-se um desafio no campo de batalha. César os descreve como bravos e valorosos. Esses Cavaleiros (*equites*) que compunham a classe guerreira da Gália foram, por vezes, comparados por César aos guerreiros germanos. Compreendendo as nuances e distinções desses dois grupos, César buscou ressaltar que, embora as características beligerantes fossem mais notáveis nos germanos, havia também nos gauleses os mesmos ideais guerreiros de virtude e bravura.

César, mesmo reconhecendo essas características, não busca aproximar esses “Cavaleiros” germânicos dos “Cavaleiros” romanos que compunham a ordem equestre. Para ele, a ordem equestre não possui uma característica fundamental que faz-se presente entre os germânicos: A “vocação” para a guerra. Efetivamente, essa ordem não era definida especificamente para guerrear, mas antes, seu contingente abrigava guerreiros notáveis em cumprir diferentes tipos de tarefas. O que caracteriza a elite germânica é o fato dela ser uma elite com um ideal claro e resoluto: seus membros possuem um gosto e uma vocação pela guerra.

Contudo, para pensar além desse olhar fundamentalmente visceral dos guerreiros germânicos, Tácito também busca apresentar um ideal germanico que nos permite superar uma leitura demasiadamente simplista e violenta desses povos. Como já brevemente citado

anteriormente, César e Tácito reconheciam nesses guerreiros valores e virtudes que eram dignas de nota e, em alguma medida, pareciam respeitar e talvez, até mesmo, almejar para seus batalhões, e, mais particularmente no caso de Tácito, bem como aponta Barthelemy, parecia despertar alguma admiração na medida que é possível observar e apreender um discurso elogioso empregado por Tácito a honra e a bravura que fazia-se presente nesses povos germânicos.

A valentia dos germânicos, bem como sua postura diante da batalha e suas complexas formas de preparação para a guerra são valores que se destacam na visão de Tácito. Esses guerreiros, dentro de suas evidentes dinâmicas particularidades e especificidades, parecem compartilhar de princípios que se tornaram caríssimos aos Cavaleiros do século XII. Ideais de valentia e lealdade que podem ser compreendidos nos povos germânicos, como uma característica comum, compartilhada entre os diferentes povos que ocupam a região da Gália e também da Germânia.

Também é possível observar que, a despeito do ideal comum, embora problemático e, por vezes equivocado, a violência associada aos “bárbaros” prova-se demasiadamente esquemática e que não representa, de forma alguma, as complexas relações desses povos guerreiros com seus vizinhos, aliados ou inimigos. Como bem aponta Barthelemy, a partir dos escritos de Tácito, os povos germânicos possuíam um tipo de “assembleia”, um espaço de reunião onde os guerreiros podiam se encontrar e debater questões ligadas ao bem comum de seus grupos. Como aponta Barthélemy, citando Tácito (2010, p.45):

“Devem-se abraçar as inimizadas de um pai e um próximo assim como as suas amizades. Entretanto, essas inimizadas não se prolongam implacavelmente, pois mesmo o homicida se retrata com certo número de cabeças de gado de grande ou pequeno porte, e toda casa aceita a retratação em nome do interesse público.”

Essa frase de Tácito evidencia a existência de uma justiça que buscava o apaziguamento de querelas entre os grupos germanos. Em seus jantares de reconciliação, nos quer fazer crer Tácito, os guerreiros germânicos buscavam colocar em pauta e superar seus problemas e por meio de acordos vindos de ambas as partes de modo que o sentimento de reconciliação, e talvez até mesmo de um perdão genuíno, faziam-se presentes nesses banquetes.

Ainda que esses momentos de diálogo e civilidade já estivessem registrados na obra de Tácito, por vezes essas importantes notas foram omitidas e desconsideradas, buscando

obscurecer a complexidade e as nuances desses povos que, enquanto grandes guerreiros, também faziam valer perfeitamente o diálogo e os acordos para alcançar formas pacíficas de resolução de problemas. Por meio disso, fica evidente que o ideal visceral e de violência desmedida que se tem desses povos trata-se de um grave equívoco que deve ser criticado para que, desse modo, possa-se vislumbrar novas complexidades e dinâmicas entre os membros dessas sociedades guerreiras, evidenciando seus papéis enquanto sujeitos e não somente como guerreiros.

É possível observar, como bem aponta Barthélemy, que as raízes da Cavalaria Medieval, tanto em seu sentido militar quanto em seus códigos de conduta, fazem-se presentes nos solos e nos povos da Germânia. Como bem expressa Barthélemy (2010, p.29):

“Junto com o senso de justiça, mais bem atestado aqui, isso é tudo de que precisamos para que a Gália dispute com a Germania o mérito de “primeira Cavalaria”. (...) A Cavalaria pela qual a França do século XII tem o mérito nos livros modernos é a mistura de uma valentia guerreira inalterável com a justiça e a cortesia.”

Torna-se pertinente, nesse contexto de análise das origens históricas da Cavalaria, fazer a seguinte indagação: teriam esses guerreiros a cavalo uma força similar às hostes medievais? Como bem observa Barthélemy, citando Tácito (2010, p.40), “esses guerreiros germânicos do ano 100 possuem ainda um conjunto de equipamentos bastante limitado”. Os registros evidenciam a ausência de aparatos de defesa sofisticados, não havendo nenhuma couraça ou defesa além do próprio escudo, sendo o armamento também aparentemente bastante limitado, contando apenas com espadas de ferro, uma lança conhecida como frâmea e o dardo. Esses guerreiros que lutam montados a cavalo também encontram limitações nesse sentido, uma vez que, embora esses guerreiros fossem reconhecidos por sua capacidade e habilidade de luta montada, não havia ainda a utilização do estribo⁴ e os cavalos desses grupos, quando comparados aos cavalos de guerra medievais, provam-se medíocres e limitados.

É a partir desta compreensão que podemos apreender que, para Barthélemy, a Cavalaria

⁴ Fazendo uso do estribo, objeto asiático introduzido no Ocidente por volta do século VII, o guerreiro montado a cavalo, mesmo que pesadamente armado, podia manter-se firme e estável em seu cavalo e, por conta disto, podia manejar suas armas com maior liberdade. Contudo, é fundamental deixar claro que os guerreiros germânicos, por exemplo, já eram versados em combates montados muito antes da introdução do estribo, de modo que seria temerário e equivocado falar de uma “revolução do estribo” ou conceber a Cavalaria como um produto resultante da criação do estribo.

trata-se de um evento complexo cujas origens e transformações devem ser sempre ressaltadas e destacadas. Uma vez que tenhamos evidenciado suas complexas origens que são, para Barthélemy, fundamentais para a compreensão de como os cavaleiros medievais vão se consolidar como grupo social e beligerante, podemos analisar como esse processo de consolidação foi compreendido e analisado pelos historiadores medievalistas. Esse exercício nos parece fundamental na medida que, ao apresentar a riqueza e a pluralidade de leituras e análises, podemos evidenciar o quão complexo e diverso foi o fenômeno da Cavalaria.

1.3 A Cavalaria e o Cavaleiro Medieval: Processos e Transformações

Para pensar historicamente a Cavalaria Medieval, é necessário observar considerações sobre sua consolidação. Dentre as diferentes teses estudadas e debatidas na comunidade Acadêmica no que se diz respeito a estudos sobre o medievo e a Cavalaria, temos as chamadas “Teses mutacionistas dos anos 1000”. Essas teses, fortemente presentes nos debates historiográficos do século XX, buscavam pensar, entre outros, dois pontos que são, para Duby, Barthélemy e Flori, fundamentais: a violência guerreira e a Cavalaria. A tese da chamada “mutação feudal”, como bem aponta a pesquisadora Néri de Barros Almeida, no prefácio da edição brasileira de *A Cavalaria: Da Germânia a França do século XII*, tem como base a defesa da ideia de que, nos arredores do ano 1000, ocorreu a apropriação do poder condal por uma nova classe social: a dos Cavaleiros.

Como base argumentativa para essa tese, era comum apontar para os processos de transformação notados durante esse período: nesse momento, os Cavaleiros ampliam sua influência e assumem maior autoridade militar, edificando torres de defesa e usando da força para realizar conquistas em busca da edificação de seus próprios nomes. A mutação feudal poderia, desse modo, ser corroborada a partir dos registros de violência do ano 1000. Contudo, como bem observa Barthélemy e também Flori, pensar a Cavalaria como um subproduto desse processo mutacionista pode provar-se reducionista, senão equivocado na medida que, por vezes, essas análises desconsideram os lentos e graduais processos de transformação, destacando demasiadamente as rupturas mas desconsiderando continuidades. É necessário ampliar, como bem aponta Flori e Barthélemy, o escopo da análise: Há, no processo de ascensão e consolidação da Cavalaria, maiores complexidades que precisamos nos atentar para melhor

compreender como se consolidou este processo que, na visão dos autores, foi lento e gradual.

Em suas análises a respeito da formação da Cavalaria, Flori fórmula, em sua obra *A Cavalaria: A origem dos Nobres Guerreiros da Idade Média*, suas considerações a partir da análise dos processos que teriam permitido, a essa classe social, se afirmar enquanto detentores do poder de transformação concreto da realidade em que atuavam. Flori, de forma bastante ponderada, também chama atenção acerca de visões demasiadamente bruscas e céleres a respeito desse processo de ascensão. Para ele, essas perspectivas são equivocadas por estarem demasiadamente ligadas à ideia de uma revolução profunda que, por vezes, pode fazer-se parecer imediatista. Flori, atentando-se aos processos de transformação que, possuem sempre, como forte característica, o fato de manterem certas continuidades em suas rupturas, observa esse evento de forma mais cautelosa em suas considerações. Como afirma Jean Flori (2005, p.15):

“Considero a cavalaria resultante da fusão lenta e progressiva, na sociedade aristocrática e guerreira que se implanta entre o fim do século X e fim do século XI, de muitos elementos de ordem política, militar, cultural, religiosa, ética e ideológica. Esses elementos fornecem, pouco a pouco, à entidade essencialmente guerreira na origem, os traços característicos do que ela se torna aos nossos olhos de todos no decorrer do século XII: a cavalaria, a nobre corporação de guerreiros de elite, a ponto de se transformar em corporação de nobres cavaleiros, com uma ética que lhe é própria e, antes de se tornar uma instituição moral, uma ideologia e até um mito.”

Por meio dessa observação de Flori, podemos compreender sua perspectiva a respeito desse processo de transformação: a formação da Cavalaria como será reconhecida e compreendida ao longo do medievo constitui-se a partir de um longo, gradual e sincrético movimento de transformações lentas e graduais. Para o pesquisador, a Cavalaria trata-se, desde suas raízes “bárbaras” até sua consolidação como principal força militar durante o medievo, de um complexo processo de fusão entre diferentes imaginários, culturas e *ethos*, fazendo-se presente nela a cultura guerreira germânica, o ideal aristocrático de corte e também a moralidade cristã. Esse movimento de transformação demonstra e destaca os processos graduais e a complexidade da Cavalaria na medida que revela suas dinâmicas e seu caráter multifacetado.

Analisar esse momento histórico de ascensão da Cavalaria e dos Cavaleiros como grupo social militar e politicamente influente vai ao encontro com uma questão que é, para

historiadores como Flori, Barthélemy e Duby é fundamental: o processo de consolidação desse grupo. Como já brevemente citado anteriormente, a violência guerreira constitui uma importante parte da análise desses pesquisadores no que se diz respeito ao processo de consolidação desse grupo social amplamente complexo. Deste modo, é fundamental para a pesquisa buscar apreender as considerações desses estudiosos acerca dessa questão.

O pesquisador George Duby, em sua obra *A Vida Cavaleiresca*, busca analisar como o processo de consolidação dos Cavaleiros vai também de encontro a formação da nobreza medieval. Como bem argumentou Duby (1989, p. 24), o termo *miles*, palavra empregada para se referir aos cavaleiros, pode ser rastreada e encontrada em documentos escritos por volta do ano 791, em localidades situadas na região sul da atual França.

Esse termo, como também aponta Jean Flori, refere-se aos guerreiros que se colocavam a serviço de Castelões, senhores de territórios. Com o enfraquecimento da Dinastia Carolíngia e a crescente instabilidade na capacidade de manutenção do governo, recai sobre esses senhores de terra a função de aplicar a lei e garantir a ordem em seus domínios. É neste momento, destaca Duby (1989, p. 29), que os *milites* começam a atuar como representantes e atendentes destes senhores, sendo uma importante força militar na manutenção desses territórios.

Também é observado por Duby (1989, p. 26) que o título de cavaleiro passa a ser gradativamente almejado e adquirido por membros da aristocracia e, nesse processo, os cavaleiros ascendem também como nobres. Como bem exprime o pesquisador: “É também a partir de 975 que A. Lewis vê a oeste do Ródano, as menções de cavaleiros se multiplicam nos documentos e, após 1020, o título cavaleiresco usado por castelões.

Duby se atenta para o processo de ascensão desses guerreiros que, ainda inicialmente atuavam dentro dos limites de um papel subalterno, começam a adquirir territórios e prestígios que, até aquele momento, eram exclusivos dos castelões. Ao indagarmos o motivo que teria permitido esses guerreiros montados a cavalo, que atuavam como servos na manutenção e aplicação da ordem, gradativamente superar sua posição de servil e ascender como figuras de *status* social elevado e amplamente almejado, Duby vislumbra alguns fatores que podem elucidar este questionamento. Como bem observou Duby (1989, p. 28-29):

“Tal sucesso na verdade traduz a tomada de consciência de tres fatos complementares: um técnico, a superioridade do cavaleiro no combate; um fato social, a ligação entre o gênero de vida considerado nobre e o uso do cavalo, ligação ainda muito mal estudada,

mas certamente muito profunda e antiga (conviria levar as pesquisas até os túmulos de cavalos vizinhos daqueles dos chefes na pré-história germânica e, na Antiguidade clássica, até o significado social da equitação); um fator institucional, por fim, a limitação do serviço de armas a uma elite restrita.”

Observamos então a formação de um cenário em que os cavaleiros passam a se elevar socialmente, incorporando e se fundindo gradativamente ao que é ser nobre. Este processo de ascensão pode ser observado por meio de documentos analisados pelo pesquisador francês. Como bem destaca Duby (1989, p.86):

“Ora, o que parece ocorrer no limiar do século XIII - mais exatamente, entre cerca de 1180 e 1220-1230 - é a destruição das diferenças entre esses dois níveis de aristocracia, uma rápida fusão, uma aproximação, uma redução das distâncias que outrora haviam separados os castelões dos simples cavaleiros.”

O gradual processo de aproximação entre essas duas instâncias da aristocracia, os castelões e os *milites*, desdobrou-se, como bem observou Duby (1989, p.86), na medida em que ocorreu o processo de aquisição de terras por parte dos cavaleiros. Posses e prestígio que anteriormente eram exclusivos de castelões, agora passam a ser uma possibilidade de aquisição de cavaleiros, que construíram nessas terras suas casas-fortes, edificações reforçadas cuja estrutura e padrões eram muito similares aos castelos.

Este processo constitui-se em um momento onde príncipes, diante de uma monarquia em decadência, passam a tomar para si os poderes regionais, permitindo assim a ascensão dos cavaleiros possível. Como bem observa Duby (1989, p. 97), os poderes regionais sobrepujam os castelões, os rebaixando e enfraquecendo seu poder e influência. Os agentes dos príncipes reivindicam para seus senhores um poder superior: o recrutamento de tropas de cavaleiros para a guerra e para a manutenção da alta justiça, alcançando posições que anteriormente eram de domínio dos castelões.

Esses cavaleiros assumem assim obrigações e se aproximam e reivindicam os mesmos direitos e prestígio dos castelões. Aproximação essa que será consolidada ainda mais fortemente com a possibilidade das cerimônias de casamento entre membros dessas duas instâncias⁵. Por

⁵ Como bem observa Georges Duby, em sua obra *O Cavaleiro, a mulher e o padre*, foi no seio da Idade Média que se desenvolveram as regras e a ritualística do matrimônio. Analisando um recorte temporal que contempla dos séculos XI ao XIII, Duby analisa como se construiu a instituição do casamento nos círculos da nobreza, buscando

meio desse processo de união dessas instâncias e grande ampliação de seu papel na sociedade medieval, os cavaleiros passam a articular maior sua influência, permitindo a eles também construíram sua própria riqueza, que nesse contexto pode ser compreendida tanto em sentido simbólico, com honrarias e renome dado aos seu status social cada vez mais elevado, quanto em sentido material com a preservação da riqueza dos castelões que se tornam cavaleiros e com o acúmulo de riquezas que esse grupo passa a realizar.

Deste modo, é possível observar que a complexidade que permeia o processo de formação da Cavalaria dá-se a partir de uma intrincada rede de interrelações que, no decorrer do Medievo, complexificar-se e reconfiguraram as funções e práticas sociais desses sujeitos, levando a reconfigurações sociais e políticas que permitiram a ascensão da classe social dos Cavaleiros.

Uma vez que esses processos, como bem analisa Duby, só podem ser observados a partir dos estudos dos registros e arquivos históricos, e dada a importância dos termos empregados nesses registros que nos permitem compreender como se constitui esse processo de transformação, é de bom tom que tomemos também os estudos de Jean Flori sobre os termos empregados aos cavaleiros. Uma vez destacada a historicidade dos termos, podemos constatar que as mudanças dos empregos desses termos nos podem revelar as dinâmicas e os processos de transformação presentes no interior desse complexo de grupo.

1.4 O vocabulário da Cavalaria

Para bem compreender o que os contemporâneos entendiam por Cavalaria, Jean Flori busca apresentar os termos que eram empregados a respeito desta nos antigos textos e registros. Inicialmente registros escritos em latim, logo também começaram a ser redigidos em linguagem vernácula, de modo que textos em francês antigo, alto-alemão médio e anglo-saxão e convençal são parte importante do acervo remetente a Cavalaria. Dado o caráter polissêmico de muitos desses termos, é fundamental compreendê-los dentro de seus devidos momentos históricos, evidenciando a pluralidade e historicidade dos conceitos apresentados nesses documentos.

evidenciar o papel político e econômico das uniões de famílias nobres e sua gradual transformação com a incorporação de ritos litúrgicos e caráter simbólico, contemplando assim, tanto a esfera político-econômica e religiosa da sociedade medieval.

Como bem aponta Flori (2005, p.15), a partir do século XII, a palavra *Militia*, designa o que conhecemos por cavalaria. Para dar base a essa afirmação, Flori aponta que nos processos de tradução de textos antigos em latim, referentes à cavalaria, o termo *militia* é sistematicamente traduzido para cavalaria quando referenciado em textos em francês antigo. Esse termo pode ter suas origens traçadas ao Império Romano, onde estava associado ao serviço público, o que, certamente, também incluía as forças armadas. O termo, durante toda a Idade Média, estará presente na documentação, mais comumente de origem eclesiástica, evidenciando a oposição dos atos e funções da *militia* dos clérigos e da Igreja em oposição às funções dos membros seculares da sociedade.

O termo *Milites*, plural de *miles* e que como bem observou também Duby, já pode ser encontrado em documentos e registros produzidos na segunda metade do século VIII, está comumente ligado ao uso das armas. A palavra pode ser observada sendo empregada desde os tempos do Império Romano até o século XI. Nos dois casos, ela aponta claramente estar relacionada com o contingente guerreiro, isto é, os soldados. Essa palavra, com o desenrolar dos eventos relacionados às mudanças militares ocorridos no século XI, entre os quais pode-se citar o empreendimento de longas expedições militares, bem como o aprimoramento do aparato militar, evolui e tem seu significado alterado. O termo, inicialmente usado para se referir a soldados, tanto de infantaria quanto os montados a cavalo, começa a ser empregado visando se referir aos soldados que faziam-se mais preponderantes nesse período, que neste caso trata-se dos cavaleiros. Deste modo, é possível constatar que o termo, enquanto empregado no plural milites, refere-se aos guerreiros a cavalo. Relacionando-se a isso, há também o emprego do termo *militia* que, como já dito, refere-se também à cavalaria.

O termo **cavaleiro**, nas línguas vernáculas do século XII, por sua vez, claramente remete aos guerreiros, muito embora ela não tenha, nesse momento, uma conotação que associava esses guerreiros a uma classe social elevada. O termo *Ritter*, em alemão antigo, refere-se a cavaleiros de modo que soe como uma grande distinção. Na Inglaterra, o termo Knight estava associado a servidores, armados ou não, que estavam, geralmente, mais próximos da condição de criado do que de nobre. No espanhol, no provençal e no francês antigo, o cavalo é tomado como referencial semântico: cavaleiro se aplica aos guerreiros, mas somente aos combatentes de elite a cavalo, amparados por um conjunto de armas características de sua posição. O termo não contém, nesse início, nenhuma conotação que supere o serviço armado. A palavra assumirá

novos sentidos já no final do século XII, onde gradualmente ela começa a ter ares de caráter honorífico e, por vezes, ético.

Para concluir suas considerações a respeito da historicidade e dos usos dos termos ligados à Cavalaria, Flori busca destacar também as complexidades deste termo e seus usos. Como bem aponta Jean Flori (2005, p.23), “quanto à palavra *cavalaria*, ela transmite originalmente três sentidos principais, todos ligados à profissão militar”. Como bem demonstra Flori, o primeiro significado do termo se refere, majoritariamente e essencialmente, refere-se a um grupo de cavaleiros, que batalhavam lado a lado, constituindo assim um “corpo de cavalaria”. O segundo termo, diretamente derivado do mesmo, refere-se aos atos guerreiros realizados por esses mesmos cavaleiros, destacam-se em especial no combate, podendo assim se referir às cavalgadas e ataques investidos pelos cavaleiros. O terceiro sentido, agora derivado do segundo, supera seu caráter material e assume uma conotação ética, destacando, desse modo, o valor do guerreiro. A palavra, assim, passa a se relacionar com os “atos de bravura” do cavaleiro. É possível observar uma evolução semântica da palavra na medida que, no final do século XII, assume conotações mais honoríficas, culturais e ideológicas. A palavra “cavalaria” assume, desse modo, um caráter mais abstrato que contempla, no cavaleiro uma entidade, um estatuto socio-profissional de caráter internacional detentor de uma dignidade ética digna de ser reconhecida.

Tendo como base essa vasta análise de Jean Flori, torna-se possível atestar a complexidade de se pensar a cavalaria em seus próprios termos. A historiografia é fulcral para permitir a compreensão dessa complexa e multifacetada instituição. Evidenciado que a Cavalaria possui uma profundo historicidade e é resultante de uma série de complexas transformações de cunho, histórico, material, social e ideológico devemos agora buscar observar brevemente, na medida do possível, como esses Cavaleiros se relacionavam, já no seus momentos de consolidação, com a sociedade medieval. A partir das observações do *ethos* e da evidenciação da historicidade da cavalaria, espera-se formular bases que nos permitam, posteriormente, combater a romantização e o revisionismo empregado por grupos ligados à extrema-direita.

1.5 As Funções e a Natureza da Cavalaria Medieval

Como pode ser constatado por meio da análise dos termos, em especial descritos no latim, associados a Cavalaria remetem à ideia de serviço. Como bem esclarece Flori, “*Militar*, como vimos, é primeiramente servir, inicialmente com as armas, mesmo se está agregada a esse termo uma noção geral de serviço público” (2005, p.51). Nesse sentido, aponta Flori, os monges também podem ser considerados *milites*, mas isso se deve ao fato do termo ser empregado enquanto metáfora para a “batalha do campo espiritual”, onde esse pacíficos monges de Deus combatem, através das orações, as investidas das obscuras forças do maligno, sendo assim muralhas de fé, e fortaleza que são os monastérios onde esses religiosos permanecem vigilantes.

Militia é o serviço militar, o exército, o contingente de soldados e também os guerreiros a cavalo, isto é, a cavalaria como compreendemos em geral: uma espécie de identidade socioprofissional guerreira honrada, de caráter institucional, que possui seus ritos, seus costumes, que possui em si a investidura de uma função social e até mesmo, uma função estabelecida, um *ethos* guerreiro que, não só norteia e justifica seus atos como também é, em alguma medida, a essência de seu próprio caráter enquanto instituição.

Uma das principais características da Cavalaria, que faz-se presente e preponderante no imaginário popular é a ideia da vassalagem, o ideal de serviço e lealdade inabalável do Cavaleiro para com o seu senhor. Barthélémy (2010, p.459), aponta que essa questão pode ser bem observada nas tradições das canções medievais e nos contos de Cavalaria que, em alguma medida, já faziam-se presentes no medievo. Como bem observa Barthelemy (2010, p.472), A Canção de Rolando, carregada de uma forte caráter romântico, exemplifica muito bem essa questão, evidenciando as motivações e deveres, bem como as formas de pensamento e o *ethos* que esperava-se de um Cavaleiro: Ainda que estejam combatendo os “sarracenos infiéis” em Roncevaux, o que se destaca no primeiro plano, tanto nessa quanto em outras canções de gesta do século XI e XII, é como afirma o próprio Rolando, Cavaleiro que é sobrinho do rei Carlos Magno, antes de um combate onde tem plena noção que será desigual, e encontrando-se em grande desvantagem, declara: “Devemos permanecer aqui por nosso rei”, e continuando sua fala, expressa sua lealdade absoluta ao seu senhor e tio: “Por seu senhor, o vassalo deve suportar a aflição e os grandes calores e os grandes frios, e ele deve perder tanto o couro quanto a pele”. Deste modo, fica evidente que, para a *Canção de Rolando*, a mais fundamental característica de um bom vassalo, de um bom Cavaleiro, é a sua fidelidade para com seu rei. Nesse sentido, a obra expressa bem a relação e o forte laço entre o valor guerreiro e a lealdade.

Como bem observa Flori (2005, p.57-58), o dever militar do vassalo perante seu senhor é evocado como um norteador das ações do Cavaleiro. É de bom tom que este ofereça seu auxílio a seu soberano sempre que necessário, seja essa ajuda de cunho militar ou financeiro. Esse auxílio é recíproco de modo que o soberano também presta proteção aos seus vassalos de modo que esses encontrem, em seu rei, um senhor e uma fortaleza que os protege em tempos de necessidade. Em troca disso, aponta Flori, o senhor exige que seus cavaleiros estejam sempre preparados e armados para atender aos chamados de seu senhor. A vassalagem é, nesse sentido, o elo que pelo qual a autoridade do soberano para com seu vassalo é expressada e, de certa forma, também oficializada.

1.6 Um breve comentário a respeito do mito e da realidade da Cavalaria

O ideal de lealdade e honra dos Cavaleiros é uma das principais características que perpassam a Cavalaria e fazem-se fortemente presentes no imaginário popular. Muito por conta da poesia romântica, da literatura aristocrática e da idealização do cavaleiro como esse guerreiro galante, honrado e cortês, muito a despeito de personagens como o Cavaleiro Don Quixote⁶, abrigou-se, em um lugar comum, a visão de uma cavalaria fortemente norteada por um código de conduta moral cristão, onde o Cavaleiro deve proteger a cristandade e prestar proteção e galanteio para com as mulheres e respeito e temência perante os clérigos e, principalmente, perante Deus. Essa constatação, bem compreende Flori, não possui, em si, nada de realmente surpreendente visto que muitos desses poetas e romancistas eram clérigos, ou haviam recebido forte influência eclesiástica em sua formação.

Torna-se perceptível, a partir das considerações historiográficas tanto de quanto de Barthélemy, Flori e Duby, que a Cavalaria tratou-se de uma instituição complexa, cuja complexidade faz-se presente também nessas questões. As divergências entre esses ideais que compõem a cavalaria se fazem presentes tanto no que se diz respeito a questões éticas quanto ideológicas. Para pensar essas questões de complexa divergência, Flori busca analisar dois

⁶ A obra *O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote De La Mancha*, de Miguel de Cervantes narra as desventuras de Quixote, um homem que, após enlouquecer devido a extensas e ininterruptas leituras de novelas de cavalaria, acreditava ser um fidalgo galante. Uma das principais obras da literatura mundial, o livro trata-se de uma crítica satírica de Cervantes aos romances de cavalaria que, já na sua época, início do século XVII, começavam a apresentar sinais de desgastante.

momentos sucessivos: O primeiro momento está relacionado com a noção de “Guerra Santa”, o que leva às cruzadas e a criação de ordens religiosas. O segundo momento, por sua vez, está relacionado a Guerra dos Cem Anos e as ordens laicas de cavalaria. Cada um desses momentos possui como característica a tentativa de uma impregnação ideológica obtida apenas de forma parcial. O relativo fracasso dessas duas tentativas, propõe Flori, também evidencia a substituição de resoluções e reafirmam, em alguma medida, sua própria concepção do que seria o ideal cavaleiresco.

Nas considerações de Duby também podemos observar um entendimento mais complexo da Cavalaria. Como bem observa Duby, o Cavaleiro é uma figura que pode ser constatada desde os momentos iniciais da Idade Média. Buscando superar uma visão romantizada a respeito da figura do Cavaleiro, Duby busca expor o caráter mais material desta classe desses guerreiros. Ao pensar suas origens na realidade material e seus processos de transformação, Duby observa que estes guerreiros estavam intimamente ligados a uma questão econômica e, a despeito do que uma ideia romantizada de Cavaleiro nos poderia levar a crer, esses cavaleiros, por vezes, recorriam a pilhagem como forma de enriquecer. Como bem aponta Duby (1980, p.62), na obra *Guerreiros e Camponeses*:

“De qualquer modo, representava uma forma regular de actividade económica da maior importância, tanto pelos lucros que conseguia como pelas perdas com que ameaçava as comunidades rurais. Isto explica a presença de armas nas campos de camponeses, o prestígio do guerreiro, e a sua superioridade social absoluta.”

As considerações de Duby também observam que os interesses dos membros dessa classe guerreira estavam ligados também a interesses materiais na medida que estes buscavam os favores e privilégios da nobreza. Como bem aponta Duby (1989, p.8):

“Os seus membros não eram todos de origem servil, e contudo não gozavam de plena liberdade; com efeito, não tinham sinete, viviam em dependência hereditária e não escapavam às exações. Todavia, por volta de 1150, começamos a ver alguns deles distinguir-se por um qualificativo especial: ostentam o título de cavaleiro. .Aparentemente, honra os o serviço militar a cavalo; mais necessários ao príncipe, sentimo-los de certo modo muito à vontade. Estes *milites* constituem uma aristocracia que se reforça, mantendo-se sempre muito abaixo da elite das famílias 'nobres' que a proliferação natural das linhagens tornou na mesma época um pouco mais numerosas, portanto menos ricas.”

Como bem salienta Duby, o Cavaleiro medieval foi uma figura que foi se integrando gradativamente ao corpo social medieval. As considerações de Duby reforçam que o cavaleiro medieval trata-se de uma figura complexa, cuja historicidade e complexidade evidenciam a necessidade de análises rigorosas e metodológicas. Para pensar e ir para além de concepções superficiais a respeito da Cavalaria é fundamental considerar essas questões. Ao buscarmos ir além dos ideais românticos construídos sobre a Cavalaria e o Cavaleiro, podemos ainda tomar como base os trabalhos de George Duby a respeito de Guilherme Marechal. Na obra *Guilherme Marechal ou O Melhor Cavaleiro do Mundo*, Duby busca analisar a cavalaria a partir de um sujeito, um cavaleiro. Esse movimento mostra-se fundamental para a análise na medida em que não se trata de pensar uma figura lendária ou romântica mas um cavaleiro humano, com suas nuances, complexidades e humanidade. Em sua obra *A História Continua*, Duby expressa suas considerações a respeito de Guilherme. Como bem nos diz Duby (1992, p.123):

“Tinha vontade desde há muito tempo de falar deste Guilherme. Nasceu por volta de 1145 e morreu em 1219, regente da Inglaterra, personagem, pois, bastante importante; passou em França o mais brilhante, o mais feliz período da sua existência.; os franceses, no entanto, ignoram tudo a seu respeito. Eu conhecia-o bastante melhor do que a qualquer outro homem de seu tempo. Com efeito, conversamos, por acaso, qualquer coisa como as suas memórias. Depois de sua morte, seu filho primogênito e herdeiro contratou um poeta, um escritor soberbo, o qual, para que a memória do defunto fosse conservada, compôs, interrogando sagazmente o escudeiro que, durante trinta anos tinha seguido o Marechal como uma sombra, um poema de vinte mil versos. Aí vemos Guilherme agir, lutar nos campos de justas, beber com os amigos, chorar no infortúnio, cortejar damas. Ouvimo-lo falar. Está vivo. Eis finalmente um cavaleiro que para mim não era apenas um nome, ou um passante furtivo entrevisto ao virar de um foral. Evoquei, então, essa personagem truculenta, pretensiosa, um pouco limitada, manhosa.”

Ao continuar a analisar sua obra, bem como o Marechal, nos revela Duby (1992, p.125):

“O verdadeiro objecto do livro não é Guilherme, mas a cavalaria, seu ideal, os valores que ela afirmava respeitar. E também um sistema político, a 'feudalidade' (...) Nele apresento aos especialistas o que me impressionou enquanto traços específicos de um meio social nas suas relações com o dinheiro, a fama, a salvação (...) preso na teia das obrigações enleadas e muitas vezes contraditórias decorrentes de seus deveres de pai, de senhor, de vassalo e de súdito, conseguia desembaraçar-se sem felonias, sem faltar à honra.”

Por meio das considerações de Duby podemos vislumbrar uma cavalaria e um cavaleiro com complexidades e nuances que. Por meio de suas pesquisas podemos constatar que, para

muito além do que se construir no imaginário comum, os cavaleiros eram humanos com seus próprios interesses e anseios. Uma vez que tenhamos evidenciado as complexidades presentes na cavalaria e no cavaleiro, podemos agora analisarmos outra questão que se faz bastante presente no que se trata dos cavaleiros medievais: a religiosidade, ou melhor, a relação entre os cavaleiros e a Igreja.

Para analisarmos as questões ligadas a Cavalaria e a Igreja, podemos tomar como exemplo inicial um dos eventos analisados por Flori. Como bem aponta Flori (2005, p.136), no ano de 1095, ocorre a realização do Concílio de Clermont, momento em que o Papa Urbano II prega a necessidade da Cruzada e esse momento leva a termo a concepção teocracia que fora desenvolvida pelo papado há vários séculos, e que foi posteriormente afirmada com uma força particular durante o período da reforma gregoriana que o Papa Urbano deu continuidade. A dominação das forças laicas sobre a Igreja, ocorridas durante os séculos IX e XI, havia suspenso a reivindicação dos papas para a cristandade fosse dirigida a partir da premissa da dominação da alma sobre o corpo, do espiritual sobre o temporal, do religioso sobre o político.

No século XI dizia-se que o poder religioso dos pontífices supera e sobrepuja o poder dos reis. Essa disputa pode ser observada, como bem lembra Flori, no impasse que se deu entre o Papa Gregório VII e o imperador Henrique IV, onde o que estava em disputa eram questões que estavam além das nomeações de bispos pelos reis ou papas, e também da manutenção da autoridade imperial sobre os príncipes eclesiásticos e da manutenção das riquezas materiais. Esta situação, aponta Flori, supera e muito a ideia de uma “querela das investiduras”.

Ao pregar e anunciar a Cruzada, o papa Urbano fala diretamente com os Cavaleiros, impondo sua autoridade sobre os soberanos. Os Cavaleiros que atendem ao seu chamado, observa Flori, o fazem muito por conta de sua lealdade para com o Papa, ou melhor, para com Deus. Trata-se, nesse momento, da formação de uma nova cavalaria organizada pelo Papa, os cruzados do Ocidente. Essa militia de Cristo terá, como as demais ordens de cavalaria, seus signos que remetem a cristandade, seus emblemas que são a Cruz em seus mantos e escudos e também seus gritos de guerra que ecoam a firme crença que possuíam: seu dever como cavaleiros de Cristo era cumprir a Vontade de Deus. É correto observar que esse ideal de cruzada não penetrou de forma absoluta nos ideais cavaleiros; ela é, antes de tudo, um ato piedoso, meritório mas que de forma alguma consiste em uma obrigatoriedade. Muito por conta disso, construiu-se a ideia de que essa Cavalaria religiosa era pura, virtuosa e que era um

caminho para a salvação; o completo oposto da cavalaria secular que frívola, mesquinha e interessada tão somente na glória terrena levaria seus membros para a perdição.

Esse olhar condenatório de religiosos, como Jacques de Vitry, sobre os cavaleiros seculares não é, como analisa Flori (2005, p.137-138), desconectada de uma questão de origem ética desse grupo. A ideia de cavaleiros pomposos, ornamentados de forma festiva e performática degradava os religiosos defensores de ordens religiosas, especialmente a Ordem Templária, que não reconheciam nesses torneios performáticos uma virtude guerreira digna de respeito. Para religiosos como Vitry, os torneios eram antros de vícios e depravação moral. De fato, esse apelo estético que fez-se cada vez mais presente entre os cavaleiros que frequentavam os círculos da nobreza e as cortes parece evidenciar a tentativa de se construir e deixar bem definida uma diferença de caráter de casta. Já no século XIII a cavalaria fecha-se cada vez para os membros da nobreza e os torneios de justa parece se desenhar cada vez mais em um espetáculo onde nobres buscam fama e reconhecimento por suas habilidades. Como bem aponta Flori (2005, p.138):

“Não se podia fazer uma descrição mais completa do torneio e dos costumes cavaleirescos. O próprio fracasso dessas condenações testemunha que a cavalaria era precisamente atrelada a esses mesmos aspectos que aqui são denunciados com tanta virulência. São, de fato, os valores próprios da cavalaria do século que se encontram vilipendiados e caricaturados; a Igreja acaba então, reconhecendo de uma tal empreitada. Ela deve transigir, aceitar os torneios.”

Ao prosseguir com suas considerações a respeito das relações entre a Igreja e a Cavalaria, Flori (2005, p.138), ainda aponta que:

“Entre o ideal que a Igreja enaltecia e o que era denotado há muito tempo pela cavalaria, a luta havia se tornado demasiadamente desigual. Apesar das tentativas repetidas pela Igreja de infundir seus próprios valores nos da cavalaria, a ideologia cavaleiresca havia acabado por impor os seus valores, portadores de uma ética muito mais profana e mundana.”

Muito por conta dessa situação, essa cavalaria foi acusada de se desviar de um caminho guerreiro, buscando, desse modo, validação em um mundo artificial e performático, já que a dura realidade da guerra já não lhes parece mais tão próxima. Longe de ser uma realidade absoluta, visto que ainda ocorreram tentativas de se fundar ordens de cavaleiros seculares dispostas a resgatar esse ideal de honra, batalha e defesa dos necessitados, é bem verdade que

gradativamente tanto as ordens religiosas quanto laicas perderam gradativamente seu espaço na realidade e na medida em que avanços técnicos se complexificaram, novas formas e organizações militares se desenvolveram, o que levou ao gradual dismantelamento das ordens formais de cavalaria culminando no fim destas.

Já em suas considerações, Barthelemy propõe, em oposição ao que é comumente considerado, uma Cavalaria pouco conformada e servil aos interesses da Igreja Católica e, a despeito desse posicionamento, senhora de “hábitos Cavalheirescos”, que já no século XII evidenciam traços de secularidade. Como bem aponta Barthelemy (2010, p.289), pensar o Impacto da Igreja sobre a Cavalaria é pontuado a partir de dois problemas: o impacto sobre a classe e sobre o modelo de comportamento. Ao analisar mais atentamente essas questões, Barthelemy observa que o impacto ideológico da Igreja foi bem menos influente do que se poderia esperar em um primeiro momento. Evidenciando novamente que a Cavalaria tratou-se de um evento complexo e multifacetado, Barthélemy nos chama atenção a respeito de processos de tensão e divergências, mesmo que ideológicas, com a Igreja. Como bem observa Barthélemy (2010, p.356), mesmo em batalha contra os heréticos, por vezes, os Cavaleiros cristãos preferiram se relacionar com os Cavaleiros sarracenos, cujo orgulho lhes agradava. Esse posicionamento, aponta Barthelemy, evidencia que esses guerreiros eram realistas na prática e também muito presos aos interesses de sua própria classe.

Deste modo, ao apresentar suas considerações a respeito do impacto das ações da Igreja sobre a Cavalaria, observa Barthelemy (2010, p.356):

“Não se pode dizer que eles se deixaram conduzir ou reformar pela Igreja, de forma radical, no período gregoriano. A Igreja não fanatizou Cavaleiros cruzados muito mais do que abrandou os Cavaleiros feudais. Todos mantiveram com ela, ou seja, com seus parentes que a dirigem, uma relação feita de algumas tensões e muitos arranjos.”

Podemos, assim, observar que a Cavalaria encontrou-se, em diversos momentos, ligada a interesses próprios e, por vezes, pouco subservientes para com os interesses da Igreja. É possível notar isto também ao constataremos, como bem aponta Barthélemy (2010, p.356), a partir dos anos 1130, a Cavalaria clássica se percebe reunida em torno dos príncipes cuja prodigalidade financia as cortes, os acabamentos e os torneios. Os Cavaleiros ligados à nobreza secular encontrariam maior espaço para demonstrar seu poder de forma mais performática, postura essa que, como podemos constatar nas considerações de religiosos como São Bernardo

e Orderico Vidal, foi duramente criticada e rechaçada. Como bem aponta Barthélemy (2010, p.343), na perspectiva desses religiosos, esses Cavaleiros do século eram mais uma malícia do que uma milícia, uma vez que estes se sujam, fisicamente, moralmente e espiritualmente com assassinatos, cólera e com luxo supérfluo que os afasta dos ensinamentos sagrados da Igreja.

Torna-se perceptível, a partir das considerações historiográficas tanto de quanto de Barthélemy, Flori e Duby, que a Cavalaria tratou-se de uma instituição complexa, cuja complexidade faz-se presente também nessas questões. As divergências entre esses ideais que compõem a cavalaria se fazem presentes tanto no que se diz respeito a questões éticas quanto ideológicas. Para pensar essas questões de complexa divergência, Flori busca analisar dois momentos sucessivos: O primeiro momento está relacionado com a noção de “Guerra Santa”, o que leva às cruzadas e a criação de ordens religiosas. O segundo momento, por sua vez, está relacionado a Guerra dos Cem Anos e as ordens laicas de cavalaria. Cada um desses momentos possui como característica a tentativa de uma impregnação ideológica obtida apenas de forma parcial. O relativo fracasso dessas duas tentativas, propõe Flori, também evidencia a substituição de resoluções e reafirmam, em alguma medida, sua própria concepção do que seria o ideal cavaleiresco. Por meio da análise dos materiais historiográficos produzidos por Barthélemy, Flori e Duby, fica evidente que a Cavalaria compreende um vasto campo de estudo, cuja nuances e debates a respeito de seus melindres superam e muito a vaga, quixotesca noção que se tem comumente a respeito do termo. Compreender a Cavalaria em seus termos revela um sério trabalho e esforço de dedicados pesquisadores que, por meio da metodologia científica e análise séria dos dados e eventos históricos permitem uma maior compreensão do que foi o esse complexo fenômeno.

O Cavaleiro Medieval, bem como seu momento histórico, o Medieval, no entanto, não encontraram na apropriação de sua figura e signos, o devido cuidado pelos seus sucessores. A Idade Média e o Cavaleiro Medieval sofreram uma série de interpretações e processos de cooptação que viriam a se desenrolar em uma intrincada e problemática teia de eventos que necessitam, por meio da pesquisa científica, serem observados e devidamente estudados. Por conta disso, para dar continuidade a esta pesquisa a respeito desse processo de cooptação e ressignificação dessa figura tão intrinsecamente ligada ao Medieval que é o Cavaleiro, faz-se necessário nos atentarmos a como esse período tão complexo foi também sendo construído, ressignificado e reimaginado ao longo dos séculos que o sucederam. Por meio dessa análise e

historização do período poderemos evidenciar o caráter complexo e multifacetado do mesmo, o que será basilar para a formulação de uma crítica contundente e embasada que busca evidenciar as problemáticas das apropriações e discursos rasos e revisionistas a respeito do período medieval e também da figura tão memorável que é o Cavaleiro medieval.

2 MEDIEVALISMO: A CONSTRUÇÃO DA IDADE MÉDIA E DO CAVALEIRO MEDIEVAL

É basilar, ao iniciar a segunda parte desta pesquisa, destacar que o período ao qual damos a alcunha de Idade Média é, antes de tudo, um recorte histórico arbitrário que foi sendo construído, interpretado e reinterpretado ao longo dos séculos que o sucederam. Outrora nomeada também como "Era das Trevas", o medievo recebeu o estigma de ser um momento sombrio de estagnação da história europeia. Apontada como um momento brumoso de barbárie, incivilidade e de desacordo com o desenvolvimento científico pelos Iluministas, esse momento histórico ficou, por muito tempo, renegado e relegado ao posto de momento que separava a Antiguidade Clássica, com suas belas artes e conhecimento, do período Renascentista que, como a nomenclatura sugere, seria esse momento de superar as brumas do medievo e redescobrir a luz da beleza estética e do conhecimento filosófico dessa antiguidade clássica.

Contudo, vale ressaltar que tanto a visão pejorativa do Medievo, quanto a visão romântica da Antiguidade, tratam-se, como já citado anteriormente, de uma construção posterior ao próprio período. Condição essa que faz possível analisar, em retrospectiva, a respeito desse passado e julgá-lo, dado os interesses e expectativas do presente, adequado ou inadequado aos parâmetros propostos.

Como bem apontam os pesquisadores Antonio Huertas Morales e Raquel Crespo-Vila em seu artigo *Idade Média: idade “mediada”, idade “multimédia”*, esse momento histórico vasto e complexo permanece vivo, seja no imaginário popular, seja nos estudos acadêmicos. Como colocam os autores:

“A Idade Média como ‘modo e pretexto’; uma Idade Média irônica e nostálgica; uma Idade Média sombria, cruel e austera; Uma Idade Média do século XIX, ruinoso e fantasmagórico; outra Idade Média, também do século XIX, mas não mais envolta em névoas góticas, mas repleta de heróis, os primeiros de uma nação.” (MORALES, Antonio Huertas, CRESPO-VILA, Raquel, 2023, p. 6, tradução nossa)

Por meio dessas constatações, fica claro que a Idade Média trata-se de um momento multifacetado cujas diferentes imagens e idealizações fazem-se vívidas no imaginário popular tanto da modernidade quanto da contemporaneidade. Deste modo, faz-se necessário realizar, ainda que brevemente, uma análise de como esse complexo momento histórico foi sendo

reapropriado, reinterpretado e ressignificado. A Idade Média, enquanto lugar de disputa política, pode ser amplamente analisada na medida em que buscamos pensar seus processos de construção e ressignificação. Para tanto, faz-se necessário analisar, ainda que brevemente, alguns pontos fundamentais a respeito da Idade Média.

2.1 A Idade Média ou “A Idade das Trevas” cunhada por Humanistas e Iluministas

Para pensar historicamente o processo de construção do conceito de Idade Média, faz-se necessário compreender as motivações que levaram à confecção e à consolidação do uso desse termo. A ideia de uma “Idade Média” evoca a ideia de um período intermediário, que separa dois outros períodos históricos distintos. De fato, o termo ganha força a partir dos humanistas dos séculos XVI e XVII, e também está intimamente ligado à ideia de “Renascimento”. Os humanistas, bem como os iluministas que os sucederam, buscaram construir a ideia de que o Renascimento foi um momento de ruptura com o medievo e um resgate e restabelecimento dos valores da antiguidade tradicional. A Idade Média surge, deste modo, como um período de interrupção e obscuridade das artes e valores da antiguidade clássica.

A Idade Média é comumente compreendida a partir da cisão entre dois momentos históricos que a compõem, sendo estes a Alta Idade Média, compreendida entre os séculos V e X, e a Baixa Idade Média, compreendida entre os séculos X e XV. Estabeleceu-se, deste modo, a convenção de se pensar os marcos históricos que demarcam o período medieval como sendo seu marco inicial a deposição do último imperador romano do Ocidente, Rômulo Augusto em 476 e sendo seu marco de encerramento a tomada de Constantinopla pelos turcos liderados por Mohammed II no ano de 1453.⁷

É basilar destacar que o termo “Idade Média” ou “Medieval” foi, como bem observa Jacques Le Goff (1999), utilizado pela primeira vez pelo poeta Petrarca, no século XIV. É nesse momento que o poeta expressa os termos “*medium tempus*” e “*media tempora*”. O termo

⁷ O emprego destas datas trata-se, evidentemente, de uma escolha arbitrária que foi desenvolvida e convencionada muito posteriormente à época medieval. Como bem aponta o historiador Hilário Franco Júnior (2004, p.9), em sua obra *A Idade Média: O Nascimento do Ocidente*, “Se numa conversa com homens medievais utilizássemos a expressão “Idade Média”, eles não teriam ideia do que estaríamos falando. Como todos os homens de todos os períodos históricos, eles viam-se na época contemporânea. De fato, falarmos em Idade Antiga ou Média representa uma rotulação a posteriori, uma satisfação da necessidade de se dar nome aos momentos passados. No caso do que chamamos de Idade Média, foi o século XVI que elaborou tal conceito. Cientes dessas questões, buscamos empregar essas datas para destacar como se construiu, artificialmente, os pontos considerados definidores para a formação do medievo, evidenciando suas problemáticas e críticas cabíveis as escolhas do termo.

persistiu durante o Renascimento e prossegue até o Iluminismo, onde foi abraçado pelos intelectuais que viam a Idade Média como um signo de atraso intelectual. Pensadores iluministas como Voltaire buscaram promover a ideia do período medieval como um momento de estagnação e barbárie, onde a Europa teria estado mergulhada em crianças religiosas e misticismos, se afastando da racionalidade e das belezas da antiguidade clássica. É deste pensamento que surgiram as concepções do medievo como uma “longa noite gótica”.

Como bem observa o historiador Hilário Franco Júnior (2001), a construção do medievo enquanto período estigmatizado está amplamente relacionada a pensadores, artistas e intelectuais do século XIV:

“Admirador dos clássicos, o italiano Francesco Petrarca (1304- 1374) já se referira ao período anterior como de *tenebrae*: nascia o mito historiográfico da Idade das Trevas. Em 1469, o bispo Giovanni Andrea, bibliotecário papal, falava em *media tempestas*, literalmente “tempo médio”, mas também com o sentido figurado de “flagelo”, “ruína”. A ideia enraizou-se quando em meados do século XVI Giorgio Vasari, numa obra biográfica de grandes artistas do seu tempo, popularizou o termo “Renascimento”. Assim, por contraste, difundiram-se em relação ao período anterior as expressões *media aetas*, *media antiquitas* e *media tempora*.”

O termo foi usado, inicialmente, a partir de um critério filológico. O século XVI, empenhado em resgatar “valores clássicos”, buscou empregar em suas produções literárias o latim dos moldes clássicos para se contrapor ao latim utilizado durante o período medieval, o qual consideravam “bárbaro” e inculto. As artes, continua Franco Júnior (2004, p.9-10), também foram objeto de crítica por parte dos artistas do século XVI. A arte medieval, por se distanciar dos moldes clássicos, foi amplamente considerada grosseira e pouco sofisticada, de tal modo que pintores como Rafael Sanzio chegaram a descrevê-la como “gótica”, sendo esse termo compreendido, naquele momento, como sinônimo de “bárbaro”. Seguindo essa mesma linha de pensamento, o pensador François Rabelais falava da Idade Média como a “espessa noite gótica”.

No século XVII, ainda dentro das concepções daquele pensamento filológico que passou a prevalecer a expressão *medium aevum*, usada pelo filólogo e historiador Charles du Fresne Du Cange. A consolidação do termo veio, contudo, posteriormente no emprego do manual escolar do historiador e acadêmico Christoph Keller, publicado em 1688 e intitulado *Historia Medii Aevi a temporibus Constantini Magni ad Constantinopolim a Turcis captam deducta*. Este livro dialogava com outros dois textos do autor, um a respeito dos “tempos antigos” e outro sobre os

“tempos modernos”.

Nesse sentido, a concepção e o entendimento do termo continuava persistente com o ideal renascentista: a Idade Média como momento de interrupção do progresso humano iniciado pelos gregos e romanos e retomado, naquele momento, pelos homens pensadores do século XVI. Deste modo, fica bastante evidente que, para os homens do século XVII, o medievo tratou-se de um período de atraso. Como bem observa Franco Júnior (2001, p.10):

“Os protestantes criticavam-nos como época de supremacia da Igreja Católica. Os homens ligados às poderosas monarquias absolutistas lamentavam aquele período de reis fracos, de fragmentação política. Os burgueses capitalistas desprezavam tais séculos de limitada atividade comercial. Os intelectuais racionalistas deploravam aquela cultura muito ligada a valores espirituais.”

O século XVIII, por sua vez, fortemente caracterizado por sua postura antiaristocrática e anticlerical, corroborou com as ideias preconceituosas a respeito do medievo. Vista como um momento resplandecente da Igreja e do Clero, a Idade Média foi amplamente repudiada pelos intelectuais iluministas do século XVIII. Reivindicando para si a noção de serem guiados pelas “luzes” da Razão, os iluministas rejeitaram o medievo por considerá-lo demasiadamente religioso, pouco crítico e muito arraigado aos interesses e anseios da Igreja Católica. Buscando apresentar tais considerações dos intelectuais do período, Franco Cardini evidencia que estes sujeitos não mediram esforços para construir um ideal de Idade Média que deveria ser rejeitada, combatida e ostracizada. Como bem coloca Franco Júnior (2001, p.10-11):

“Sintetizando tais críticas, Denis Diderot (1713-1784) afirmava que “sem religião seríamos um pouco mais felizes”, Para o marquês de Condorcet (1743-1794), a humanidade sempre marchou em direção ao progresso, com exceção do período no qual predominou o cristianismo, isto é, a Idade Média. Para Voltaire (1694-1778), os papas eram símbolos do fanatismo e do atraso daquela fase histórica, por isso afirmava, irônico, que “é uma prova da divindade de seus caracteres terem subsistido a tantos crimes”. A posição daquele pensador sobre a Idade Média poderia ser sintetizada pelo tratamento que dispensava à Igreja: “a Infame”.”

As considerações destes pensadores a respeito da Idade Média tiveram grande influência na forma como o período foi interpretado posteriormente. Em alguma medida, essas noções a respeito do medievo não se extinguíram, ao contrário, permanecem, como já anteriormente citado, fortemente presente no imaginário popular e na imagética construída a respeito do período. Em alguma medida também mobilizamos, por vezes, a Idade Média como um

sinônimo de atraso, como um momento, como algo a ser combatido. Esta visão, no entanto, não é a única interpretação que ganhou espaço ao se tratar desse período.

A Idade Média, ainda no século XIX, sofrerá um movimento de transformação em suas análises. Movimentos de revisitar esse período buscaram ressignificar, reimaginar e transformar as ideias ligadas a esse momento histórico complexo. Ao continuar com a análise de como a Idade Média será reimaginada e ressignificada, devemos analisar também, ainda que brevemente, como os românticos do século XIX buscaram lidar com esse período, evidenciando, nesse processo, os interesses políticos presentes nesses movimentos de ressignificação do período histórico que, cada vez mais, revela-se complexo, efervescente e multifacetado.

2.2 A Instrumentalização da História, da Idade Média e os mitos de Origem das Nações

Como bem nos explica Franco Júnior (2001, p.11), o século XIX buscou repensar a Idade Média a partir de uma perspectiva distinta daquela, que até então, vinha sendo empregada pelos Iluministas. O Romantismo da primeira metade do século XIX buscou inverter os preconceitos em relação ao medievo. O ponto de partida, aponta Franco Júnior, foram as questões ligadas à construção das identidades nacionais. As conquistas de Napoleão Bonaparte foram parte fundamental desse fenômeno na medida em que, sob a ameaça de serem dominadas pelo imperador francês e, por conseguinte, serem guiadas a partir dos anseios e interesses do conquistador, levou as regiões dominadas ou sob ameaça de invasão a desenvolverem um projeto de valorização de suas especificidades, de suas características nacionais e de sua história. O sentimento de nostalgia em relação a Idade Média surge, nesse contexto, mesclado a um projeto político bastante específico: o de se buscar construir uma identidade nacional que promovesse um ideal de coesão e unidade que permitisse, aos sujeitos, ao mesmo tempo, justificar as delimitações dos Estados Nacionais que começavam a se consolidar e sua soberania sobre as terras, que seriam, nessa narrativa, um espaço já de direito de seu povos desde os antigos tempos medievais.

A Idade Média, pensada nesse contexto, como um período de fé, autoridade e tradição, vista como um momento de liberdades, atos heroicos e privilégios, passa a povoar o imaginário dos sujeitos do século XIX. Essa Idade Média mística foi amplamente abraçada, agora, em

detrimento do período renascentista, cujo equilíbrio, harmonia e raciocínio já não mobilizam os afetos como as ideias de exuberância, paixão, vitalidade e instinto relacionadas ao medievo. Como bem observa Franco Júnior (2001, p.11-12):

“Dessa maneira, o equilíbrio e a harmonia na literatura e nas artes, que o Renascimento e o Classicismo do século XVII tinham buscado, cedia lugar à paixão, à exuberância e à vitalidade encontráveis na Idade Média. A verdade procurada através do raciocínio, que guiara o Iluminismo do século XVIII, cedia lugar à valorização dos sentidos, do instinto, dos sonhos, das recordações. Abundam então obras de ambientação, inspiração ou temática medievais, como Fausto (1808 e 1832) de Goethe, O corcunda de Notre Dame (1831) de Victor Hugo, os vários romances históricos de Walter Scott (1771-1832), dentre eles Ivanhoé e Contos dos cruzados, diversas composições de Wagner, como Tristão e Isolda (1859) e Parsifal (1882).”

Ao analisarmos as considerações de Franco Júnior, fica bastante evidente que o Romantismo, devido aos anseios de seu tempo, buscou construir uma Idade Média que pudesse auxiliar suas questões acerca dos temores pelos quais os europeus do século XIX se depararam. A Idade Média aqui retratada continua a ser um construto, um argumento que tem a função de justificar as questões do presente, seja para dar credibilidade, seja para condenar posturas que, naquele momento, estavam sendo colocadas em debate. Uma vez que tenhamos evidenciado essa questão, faz-se necessário também nos atentarmos mais profundamente a respeito dos interesses políticos por trás desses resgates e ressignificações do medievo.

Como bem observou o historiador Patrick Geary em sua obra *O Mito das Nações*, o processo de formação e consolidação dos Estados Nacionais Europeus constituiu-se tanto em uma busca por se desenvolver uma identidade nacional quanto de construir um passado histórico. Esse movimento não só permitisse vislumbrar as origens das populações residentes desses Estados, como também justificar o sentimento nacionalista que se desenvolvia no contato dessa sociedade. Como bem observa Geary (2002, p.27):

“A história moderna nasceu no século XIX, concebida e desenvolvida como um instrumento do nacionalismo europeu. Sendo assim, a história das nações europeias foi um grande sucesso, mas transformou nossa compreensão do passado em um depósito de lixo tóxico impregnado do veneno do nacionalismo étnico, que penetrou fundo na consciência popular.”

Como bem observa Geary, a real história das nações que povoaram a Europa durante a Alta Idade Média não se inicia no século VI, mas no século XVIII. Buscando analisar as origens desse discurso, que acabou por se projetar como um “Nacionalismo Científico no Século XIX”,

que buscava forjar uma narrativa de origem, continuidade e imutabilidade das nações, Geary analisou um longo recorte histórico que compreende o período da Antiguidade à Alta Idade Média. A escolha desse recorte pode ser compreendida na medida em que estes tratam-se dos principais períodos reivindicados nos discursos nacionalistas de origem das nações e, em alguma medida, também dos povos dessas nações.

Como bem aponta Geary, o surgimento do nacionalismo no século XVIII e XIX é fundamental para compreender o processo histórico de construção das identidades nacionais e da instrumentalização da história enquanto projeto político. Os Estados-Nações, aponta Geary, foram descritos como “comunidades imaginadas”, construídas a partir dos esforços intelectuais e criativos dos pensadores do século XIX que, na busca por construir bases para definir uma ideia de identidade nacional, fizeram uso de tradições românticas para justificar projetos políticos.

Corroborando com as considerações de Geary, o sociólogo Jan Nederveen Pieterse (2009, p.21), em sua obra *O Fim do Império Americano?*, observou que para fins de legitimação de suas próprias agendas e identidades, as nações criam sobre, e também para si próprias, um “corpo metafórico”, uma expressão do que desejam mostrar de si mesmas. Este corpo, como bem observa Pieterse, é composto por um complexo aparato simbólico. É por meio deste que narrativas de identidade assumem materialidade nas formas de cultura de massa, educação e discursos políticos que, por meio de constantes reafirmações de seus valores, consolidam os projetos e perspectivas dessas nações. É nesse processo de consolidação de projetos e ideologias a respeito da história das nações que são estabelecidos seus hinos, monumentos, símbolos pátrios e seus heróis fundadores, cujo aspectos lendários e históricos se confundem e se mesclam no imaginário da população.

É importante observar que, como bem apontam tanto Geary quanto Pieterse, o processo de constituição da história das nações de forma alguma trata-se de um processo natural ou acabado mas que é, antes de tudo, um projeto consciente de grupos que se configuram como lideranças dessas nações. Por conta disso, dado ao momento histórico, regime e interesses dos grupos no poder, esses símbolos podem ser cooptados, relidos, reinterpretados, ressignificados, instrumentalizados e, em casos mais radicais, até mesmo apagados e substituídos por novos símbolos que atendem melhor aos interesses em evidência em determinados momentos históricos das nações.

Por meio dessas observações a respeito desse processo de construção de uma Idade Média romântica e gloriosa, fica evidente que esse processo não se deu de forma crítica, mas antes de forma romantizada, visando interesses bastante específicos. Como bem analisa criticamente Franco Júnior (2004, p.12):

“Essa Idade Média dos escritores e músicos românticos era tão preconceituosa quanto a dos renascentistas e dos iluministas. Para estes dois, ela teria sido uma época negra, a ser relegada da memória histórica. Para aqueles, um período esplêndido, um dos grandes momentos da trajetória humana, algo a ser imitado, prolongado. Tal atração fez o Romantismo restaurar inúmeros monumentos medievais e construir palácios e igrejas neogóticas, mas inventando detalhes, modificando concepções, criando a sua Idade Média. A historiografia também não ficou imune a isso, como mostra o caso de Thomas Carlyle, que escrevendo em 1841 afirmava ter sido a civilização feudal “a coisa mais elevada” que a Europa tinha produzido. Mais útil para futuros estudos, apesar de suas imperfeições, foi a organização de grandes coleções documentais, como a Monumenta alemã (7), a Patrologia francesa (8), os Rolls Series ingleses (9), todas elas produto da paixão do século XIX pela época medieval.”

No século XIX, podemos bem observar, as lideranças nacionais buscaram pensar o medievo a partir de interesses políticos, de modo que não se interessou, em um primeiro momento, pensar rigorosamente questões voltadas ao rigor metodológico. Essa Idade Média, tempo e espaço de grandes heróis e fundadores das nações europeias mobilizou e, em alguma medida, ainda mobiliza afetos e anseios das populações. Uma vez pensada essa questão, faz-se necessário pensar em outra figura fundamental presente na romantização da Idade Média. É no medievo, podemos bem observar, que faz-se presente a figura de um herói guerreiro: o Cavaleiro Medieval.

2.3 O Cavaleiro Medieval enquanto herói romântico, herói fundador e herói modelo

O processo de construção dos Estados Nacionais europeus fez-se, como já evidenciamos, a partir de um processo de instrumentalização da História e da construção de um passado que justificasse e procurasse promover alguma coesão com os interesses políticos presentes no século XIX na Europa. Juntamente com essa construção romântica do passado e dos símbolos que buscavam construir a noção de identidade nacional, fez-se necessário recorrer a mitos de heróis fundadores, figuras que, para a narrativa que estava sendo confeccionada, seriam fundamentais para promover um ideal de nobreza e orgulho da história da nação e de

seus sujeitos notáveis. O Cavaleiro Medieval enquanto herói é algo que se faz profundamente presente nessas construções românticas e nos ideais de uma Idade Média orgulhosa, gloriosa e guerreira. O Cavaleiro romântico e romantizado não é uma figura pensada a partir do rigor historiográfico que anteriormente já vimos nas obras de Duby, Flori e Barthélemy. É uma figura heroica cultuada a partir de um imaginário que busca evocar uma figura a ser almejada e seguida enquanto modelo de vivência e conduta virtuosa.

O herói, podemos bem observar, é uma figura que faz-se presente nos mitos desde a antiguidade clássica. O herói é, antes de tudo, um ser excepcional, cuja excelência encontra-se, dentre outros fatores, no fato desta figura sempre possuir algo de divino. O herói surge, nos mitos clássicos, como um ser destinado a grandes feitos. A promoção de seus atos de bravura torna-o uma figura a ser admirada e, não raro, seguida enquanto um modelo moral. O herói, nesse sentido, pode ser compreendido como uma base para um *ethos*, um modelo que pretende-se ser ovacionado e seguido.

O ideal construído sobre a figura do Cavaleiro medieval foi fortemente baseado nos preceitos fundamentais da ideia de herói clássico. Construiu-se a noção do Cavaleiro medieval como um herói cristão. O Cavaleiro heroico é aquele que, com auxílio do sagrado e da intervenção divina, executa tarefas que meros sujeitos jamais poderiam concluir. Esse herói, contudo, não deixa de ser humano e, por vezes, é confrontado por sua própria humanidade ao se deparar com os desafios presentes em seu caminho. Pensar o Cavaleiro como um herói que, embora possua uma inegável excepcionalidade, é ainda um humano, é fundamental para a promoção desta figura como um modelo a ser seguido e almejado enquanto exemplo ideal de conduta.

Como bem aponta Le Goff, na obra *Heróis e Maravilhas da Idade Média*, pensar a cavalaria, quando ligada aos ideais românticos e míticos, prova-se um assunto demasiadamente complexo. Le Goff, citando o historiador Pierre Bonnassie (2009, p.47), ao pensar o conceito de cavalaria, aponta que é difícil distinguir a parte do mito da realidade. Constituiu-se, no imaginário coletivo, o ideal de um Cavaleiro herói, um mito que é amplamente utilizado ao se pensar o medieval e o cavaleiro, não como um sujeito histórico, mas como uma entidade mítica. Como bem diz Le Goff (2009, p.48):

“Foi o mito – o mito do cavaleiro que busca o absoluto e vinga os oprimidos – que, através da lenda e da literatura, terminando no cinema, sobreviveu nas mentalidades coletivas. Em outras palavras, a imagem que nós geralmente concebemos hoje do cavaleiro medieval não é outra senão uma imagem ideal: é precisamente a representação que a casta cavaleiresca pretendia dar de si mesma e que ela conseguiu, através dos trovadores, impor à opinião.”

Como bem exprime Le Goff, embora seja constantemente pensado de forma romântica no contexto do imaginário popular, mesmo essa visão romantizada pode ser analisada a partir de sua historicidade. Na medida em que se observa como a figura do cavaleiro veio a ganhar mais prestígio e admiração a partir de uma perspectiva simbólica, podemos traçar as origens dessas leituras românticas a determinados momentos históricos e suas especificidades. Como bem aponta Le Goff (2009, p.49), a consolidação de um ideal que remete a uma leitura de uma Cavalaria mais cristã pode ser traçada na península Ibérica, onde Cavaleiros foram figuras fundamentais durante o processo de Reconquista. Esse evento, que compreende a tomada militar pelos cristãos da península ocupada por mulçumanos, elevou o Cavaleiro e fez dele uma figura de destaque. Neste momento, observa Le Goff, os Cavaleiros tornam-se modelos e exemplos prestigiosos tanto para os cristãos habitantes da península quanto para todos os membros da cristandade.

A imagem do Cavaleiro como figura detentora de poder e *status*, fez-se presente também nos reis cristãos. Como bem aponta Le Goff, o rei medieval buscou aproximar-se e reivindicar da figura do Cavaleiro uma imagem de força. O maior personagem a adquirir a imagem de Rei Cavaleiro foi o rei da Inglaterra Ricardo Coração de Leão (1189-1199), cuja fama enquanto herói nacional inglês permanece flagrante no imaginário moderno e contemporâneo. Outro exemplo que nos destaca Le Goff é a figura de Luís IX da França.

Embora, reconhece Le Goff, muitos historiadores tenham apontado que Luís IX (São Luís) não como um rei cavaleiro; mas, na realidade, como um rei pacificador, imagem que ele teria buscado construir para si mesmo, acabou por coexistir no seu tempo com a imagem do Rei Cavaleiro consolidado na guerra contra os ingleses e, ainda mais fundamental, nas Cruzadas. Esse apelo à iconografia ligada a Cavalaria, bem se atenta Le Goff, pode ser bem observada, entre outros trabalhos, na obra de Jean de Joinville, que confeccionou uma imagem de São Luís cavalgando, com a espada em punho, sobre um dique no Egito.

Outra característica que fomentou o imaginário do Cavaleiro herói como uma figura cristã foi o processo de integrar a figura dos Santos católicos aos cavaleiros. Essas figuras sacras foram ligadas aos cavaleiros como padroeiros. Os Santos, que gozavam de uma posição privilegiada na hagiografia medieval contribuíram para a consolidação da figura do Cavaleiro enquanto um “guerreiro de Deus”. Como bem aponta Le Goff, na Europa central e também no leste europeu, o Santo Cavaleiro negro, São Maurício, foi feito padroeiro da cavalaria branca. A figura sagrada mais importante ligada à cavalaria foi, sobretudo, São Jorge. Vindo do Oriente, São Jorge tornou-se o grande santo ligado à cavalaria e reconhecido por toda a cristandade. Santo Cavaleiro cujo papel religioso faz-se frequentemente na representação em que ele mata o dragão para libertar a princesa. São Jorge consolidou-se como o símbolo máximo do Cavaleiro nobre e cortês que emprega sua força, coragem e poder oriundo do sagrado a serviço e proteção dos fracos.

O imaginário mítico a respeito do Cavaleiro como um herói lendário pode ser amplamente observado nos mitos a respeito dessas personagens. Como bem observa Le Goff, essas personagens continuam fazendo-se presentes no imaginário comum a respeito tanto da Cavalaria quanto da Idade Média. Como forma de buscarmos evidenciar como se deu o processo de consolidação dessas figuras míticas, buscaremos nos atentar as considerações de Le Goff a respeito de algumas das principais figuras que encapsulam o ideal de Cavaleiro Herói e como que estas figuras foram mobilizadas para fins políticos durante os processos de consolidação dos Estados Nacionais no século XIX.

Segundo Le Goff (2009, p.30), ao pensarmos a Figura de um Cavaleiro herói ou um Rei Cavaleiro, é inevitável pensar no Rei Arthur. Nas palavras de Le Goff (2009, p.17), Arthur é um herói exemplar da Idade Média. Para Le Goff (2009, p.18), Rei Arthur representa muito bem aqueles heróis do medievo que, entre a realidade e o imaginário, tornam-se figuras míticas que habitam um mundo imaginário que faz-se fortemente presente na tradição popular. Como bem nos exprime Le Goff, as menções a Arthur podem ser observadas já no século IX, sendo citado na *História Britonum* (*História dos bretões*), do Cronista Nennius. De acordo com a obra, um certo Arthur teria combatido ao lado do rei dos bretões durante a invasão da Grã-Bretanha pelos saxões. Como um dos principais participantes desta guerra, esse guerreiro teria triunfado ferozmente sobre uma grande quantidade de adversários e inimigos. Arthur entra, deste modo, para a História e para o imaginário popular como um guerreiro de estatura e poder excepcional.

Constrói-se, assim, a figura de um defensor dos bretões e uma exemplar figura guerreira. Em outras palavras:

“Artur já foi comparado a heróis que pertenceram a outras culturas, principalmente à cultura trifuncional dos indoeuropeus ou ao folclore europeu e mesmo germânico. Porém, seja qual for a natureza do herói Artur, aquele que a Idade Média ocidental criou e legou-nos é um herói celta particularmente associado à ideologia nacional britânica.” (LE GOFF, 2009, p.18)

Arthur tornou-se uma figura lendária. Para compreender melhor esse apelo, aponta Le Goff, é importante buscar reconhecer o importante papel que a tradição da lenda arthuriana teve no processo de formação da figura do personagem enquanto figura lendária. O papel da imaginação criadora na tradição da literatura medieval foi fundamental para a construção dos mitos e do imaginário dos heróis e maravilhas. A história do imaginário permite destacar a tradição medieval e seu papel fundamental no que se refere à cultura, mentalidade e ideologia da época, bem como suas continuidades ao longo dos séculos que a sucederam. Arthur é, deste modo, a personagem principal do que ficou conhecido como “matéria Bretanha”. O personagem reuniu ao seu redor uma série de outros heróis que tornaram-se igualmente relevantes e reconhecidos no imaginário popular, entre eles podemos citar: Lancelot, Percival, Tristão e Gawin. Nas lendas arthurianas encontramos a imagem da Távola Redonda e nela a reunião de dois exemplos fundamentais da imagética heroica da cavalaria: Encontramos o Rei Cavaleiro Arthur ao lado dos Cavaleiros heróis que compunham sua corte. Como bem observa Le Goff (2009, p.19):

“Contudo, mais que do guerreiro e do cavaleiro, Artur é a encarnação mítica do líder por excelência das sociedades políticas medievais, o rei. É significativo que, muito cedo – como se vê, por exemplo, no mosaico do século XI do pavimento da Igreja de Otranto, na Itália do Sul –, o verdadeiro nome de Artur seja *Arthurus rex*, e Artur permanece no imaginário poético europeu como o símbolo desse rei que naquele lugar não existia mais senão sob uma forma profundamente desmistificada, sem ter perdido completamente o seu caráter sacro. Artur é um rei não somente presente e mítico ao mesmo tempo, como também milenarista. Os homens e mulheres da Idade Média frequentemente sonharam com o nascimento aqui na terra de um reino da fê e da virtude, o “Milênio Apocalíptico”, dirigido por um rei proveniente da história.”

Deste modo, podemos bem constatar a importância de Arthur, enquanto personagem mítica e simbólica é imprescindível. Sabendo bem disso, podemos bem observar que o século XIX buscou mobilizar a imagem do Rei Arthur como importante figura da história da Inglaterra. O século XIX, em seu anseio por construir um imaginário nacional e uma história de origem e heróis nacionais que produzem uma unidade e mobilizassem o orgulho do povo, procurou promover a figura do Rei Arthur como um símbolo representante de um passado glorioso e heroico do povo inglês e que, pelo exemplo de Arthur, deve sempre buscar sua história.

Esse apelo à figura do Cavaleiro Lendário não é, de modo algum, uma exclusividade da Inglaterra. A França, como bem observa Le Goff, também buscará, na reivindicação de Cavaleiros lendários, produzir narrativas românticas a respeito de seus heróis e figuras ilustres do passado. Dentre os principais personagens que podemos analisar dentro desta tradição está o Cavaleiro Lendário Roland, o Paladino de Carlos Magno.

O Cavaleiro Roland trata-se de uma importante figura para a tradição de contos e romances de Cavalaria. Embora tanto Le Goff quanto Barthélemy apontem para Roland como uma figura histórica que teria de fato existido, o que de fato popularizou a figura de Roland foi a construção mítica e lendária que se construiu em torno dele e de Carlos Magno. Frequentemente pensado como sobrinho de Carlos Magno, Roland tornou-se célebre devido à confecção de obras como a *Canção de Rolando*. Nesta obra acompanhamos as realizações de Roland, bem como de outros importantes cavaleiros, onde podemos observar um Cavaleiro destemido e devotado à cristandade mas que é também frequentemente tomado pelas paixões, pelo orgulho e pela fúria⁸. Como bem aponta Le Goff (2009, p.114), dentre todos os personagens retratados na obra, Roland é o mais possui seu caráter ligado à cultura nacional da França.

A *Canção de Rolando*, trata-se de uma obra profundamente impregnada pelo espírito da Cruzada e pelo anseio de se combater os “infieis” e os “inimigos da cristandade”. Esta característica, no entanto, aponta Le Goff, não foi o que prevaleceu como mais marcante no

⁸ Uma obra fundamental para pensar a figura de Roland enquanto esse Cavaleiro que, embora leal aos seus votos de Cavaleiro, a sua fê e ao seu rei, é maculado pela entrega desmedida das paixões é a obra *Orlando Furioso*, do poeta Ludovico Ariosto. Considerada uma das mais importantes obras do Renascimento, o romance narra a vida e as batalhas de Roland/Orlando.

imaginário popular. O principal legado da obra é a figura do próprio Roland, que acabou por se tornar o modelo do cavaleiro cristão e, posteriormente, do cavaleiro francês⁹. A obra narra a história das expedições do exército carolíngio na Espanha, onde Carlos Magno combate os reis sarracenos. Ao lado de Carlos Magno está Roland, seu sobrinho e vassalo. A obra relata que, muito embora Carlos Magno tenha buscado propor um fim pacífico para o combate, Galeão, por odiar Roland, incita o rei mouro, Marsílio, a atacar covardemente a retaguarda de Carlos Magno, cujos cavaleiros eram liderados por Roland. Devido ao orgulho e, tendo confiança em Durandal¹⁰, sua espada relicário, Roland se recusa a pedir por reforços e decide combater os sarracenos, mesmo sabendo que seus cavaleiros eram vastamente superados em número. Roland, assim, combate ferozmente e encontra seu fim na batalha, tendo a convicção de que morreu honrando seus princípios de honra e lealdade para com seu rei e tio, Carlos Magno, e para com a Igreja e a cristandade. Roland, deste modo, como bem observa Le Goff (2009, p.115), é um personagem falho, cuja humanidade permite com que seja possível compreendê-lo e, assim, simpatizar-se com ele. Roland é impetuoso, maculado e se deixa levar por orgulho e paixões e, ainda que todas essas características recaiam sobre ele, ele prova-se um Cavaleiro leal que sacrifica-se pelos seus deveres e honra. Roland é, deste modo, o exemplar perfeito do imaginário heroico que se construiu em torno da figura do Paladino enquanto um tipo de Cavaleiro Sagrado. Roland tratou-se de um personagem que foi amplamente mobilizado pelos franceses como um exemplo ideal de cavaleiro. Durante o processo de formação dos Estados Nacionais, o Paladino Roland foi mobilizado como um exemplo de herói fundador e imagem de um guerreiro que batalhava em prol do povo francês em meio às batalhas de um passado heroico e glorioso.

Outro exemplo que podemos levantar para pensar como se construiu o imaginário de heróis nacionais a partir da reivindicação de um passado medieval fantástico é o que foi feito a partir de tradições nórdicas durante o processo de unificação da Alemanha. Como bem observa Le Goff (2009, p.127), dentre os principais mitos mobilizados, a figura da Valquíria receberá

⁹ A *Canção de Roland*, bem podemos observar, trata-se de uma construção posterior ao período propriamente relatado em seu conteúdo. Essa condição evidencia, como já temos destacado, que no tocante a Cavalaria, a realidade e o mito se mesclam e se confundem, produzindo narrativas e sentidos que acabam se fixando no imaginário popular.

¹⁰ Ao analisar a *Canção de Rolando*, Dominique Barthélemy e Le Goff buscam destacar a importância que a espada Durandal tem para o paladino Rolando. A espada é, para o Cavaleiro, sua arma relicário, um símbolo de honra e dever para com seu rei e sua fé. Essas noções de lealdade ao suserano e a fé cristã são parte fundamental da ideia mítica que cerca a figura do Cavaleiro Medieval, fazendo-se fortemente presente no imaginário popular.

um papel de destaque. Essas personagens são retratadas como donzelas que conduzem os guerreiros que tiveram uma morte gloriosa em batalha para o paraíso dos escandinavos, conhecido como Valhalla. A presença da figura da Valquíria pode ser observada tanto em epopeias germânicas datadas do século XII, como a *Canção dos Nibelungos*, quanto em textos em verso ou prosa que materializam lendas e cantos anteriormente difundidos de forma oral, como a *Saga dos Volsungos*, escrita em runas. Heroína presente no imaginário, a valquíria faz-se presente na medida em que ela é a presença flagrante do imaginário clássico, escandinavo e germanico legado ao imaginário europeu.

A valquíria que se tornou uma heroína da época medieval germânica é melhor representada, desde o final do século XII, pela personagem Brunhilde, uma das principais personagens da *Saga dos Volsungos*, que surge ao lado de outro importante personagem heróico da tradição germânica, Sigurd Volsung. A *Saga dos Volsungos* narra a longa história do clã Volsung, uma lendária linhagem familiar de guerreiros e conquistadores. Dentre toda a genealogia da família, o personagem que mais se destaca no mito é Sigurd, o último dos Volsung. A história de Sigurd vai de encontro a de Brunhild em uma de suas principais jornadas: por desobedecer Odin, Brunhild perde o posto de Valquíria e é colocada para repousar em uma torre alta. Ela é resgatada por Sigurd, cuja coragem e habilidade em cavalgar junto de seu cavalo, Grani, o permite superar os desafios da torre. Sigurd, no entanto, não se une à Valquíria, que por sua vez, trama a morte de Sigurd, que encontra seu fim pelas mãos de Brunhild. Juntamente a Brunhild, Sigurd prova-se um personagem heroico. Ele é um Cavaleiro herói por excelência, o que pode ser observado na sua relação com seu cavalo, Grani e com sua espada, Balmung. Sobre Sigurd também repousam feitos próprios dos que serão associados aos cavaleiros românticos: É Sigurd quem mata um dragão, Fafnir, e resgata donzelas de torres distantes. A figura de Sigurd foi amplamente mobilizada pela Alemanha durante seu processo de unificação e consolidação enquanto Estado Nacional. É na figura desse personagem que se construiu a idealização de um passado e uma origem germânica guerreira para a Alemanha.

A Idade Média, deste modo, torna-se, no século XIX, um tempo e lugar de origem para os Heróis nacionais europeus. Uma era de maravilhas, onde Cavaleiros virtuosos pregam ideais de valor, virtude, bravura e cristandade que devem sempre ser lembrados com o devido respeito e admiração por todos os sujeitos que têm o privilégio de compartilhar sua história, nem como a história de seu país, com a destes Cavaleiros lendários em sua excepcionalidade. Contrói-se,

assim, um passado fantástico que deve sempre ser revisitado e ovacionado, muito embora, como bem apontam Geary, Jan Nederveen Pieterse, Le Goff e Franco Júnior, esse passado não seja nada natural, mas um construto, um projeto político que buscará instrumentalizar a História, os mitos e os afetos que estes mobilizam para construírem uma narrativa que atenda aos interesses nacionais.

2.4 A instrumentalização da Idade Média no século XX

Ao pensarmos historicamente como se condicionou pensar a Idade Média no século XX, torna-se possível constatar que, diante deste momento histórico, deparamo-nos com um cenário novo, que revela novas nuances em relação aos estudos e as concepções concebidas a respeito do medievo. Segundo Franco Júnior (2001, p.13), historiadores do século XX buscaram promover seus estudos a respeito do medievo a partir de um rigor metodológico que permitisse aos pesquisadores compreenderem as nuances e questões período sem recorrer a preconceitos ou juízos de valor próprios do seu tempo. Como bem exprime Franco Júnior (2001, p.13):

“Finalmente, passou-se a tentar ver a Idade Média como os olhos dela própria, não com os daqueles que viveram ou vivem noutro momento. Entendeu-se que a função do historiador é compreender, não a de julgar o passado. Logo, o único referencial possível para se ver a Idade Média é a própria Idade Média. Com base nessa postura, e elaborando, para concretizá-la, inúmeras novas metodologias e técnicas, a historiografia medievalística deu um enorme salto qualitativo. Sem risco de exagerar, pode-se dizer que o medievalismo se tornou uma espécie de carro-chefe da historiografia contemporânea, ao propor temas, experimentar métodos, rever conceitos, dialogar intimamente com outras ciências humanas.”

Deste modo, a historiografia do século XX no que se refere, ao menos ao campo Acadêmico, buscou promover novos métodos de análise que buscavam produzir pesquisas que possibilitassem pensar criticamente o período. Isto, no entanto, de modo algum quer dizer que os medievalistas do século XX tenham resgatado um noção absoluta ou uma “verdadeira Idade Média”. Como bem exprime Franco Júnior, os historiadores do século XX foram conscientes das limitações presentes ao se buscar estudar o medievo. Reconhecendo que possuímos apenas fragmentos do passado, torna-se impossível uma reconstituição completa do mesmo, cabendo

aos historiadores buscarem realizar recortes e pesquisas aprofundadas em relação ao período histórico. Como bem expressa Franco Júnior (2001, p.13-14):

“Isso não quer dizer, é claro, que os historiadores do século XX tenham resgatado a “verdadeira” Idade Média. Ao examinar qualquer período do passado, o estudioso necessariamente trabalha com restos, com fragmentos — as fontes primárias, no jargão dos historiadores — desse passado, que portanto jamais poderá ser integralmente reconstituído. Ademais, o olhar que o historiador lança sobre o passado não pode deixar de ser um olhar influenciado pelo seu presente. Na célebre formulação de Lucien Febvre, feita em 1942 no seu *Le problème de l'incroyance au XVI siècle. La religion de Rabelais*, “a História é filha de seu tempo”, por isso cada época tem “sua Grécia, sua Idade Média e seu Renascimento”.”

Dando continuidade a essas observações, Franco Júnior também se atenta para o fato de que, embora o medievo tenha recebido maior destaque de análises críticas e metodológicas durante o século XX, isso não significou que, durante todo o período não houveram tentativas de instrumentalização e cooptação da Idade Média. Como bem podemos destacar, a primeira metade do século XX foi marcada, dentre outras questões, pelas duas Guerras Mundiais e pela ascensão de regimes totalitários no continente europeu. Os regimes totalitários europeus, como bem podemos observar, dentro da promoção de uma cultura beligerante e patriótica, buscaram mobilizar signos que remetem a um ideal de Idade Média que mobiliza os afetos das populações e auxiliasse nos projetos de expansão e dominação desses países.

No contexto da Primeira Guerra Mundial, onde a propaganda militar foi massivamente produzida e distribuída como forma de mobilizar os sujeitos dos países em guerra, pode-se constatar uma considerável utilização de uma imagética e uma iconografia que buscava, no medievo e na figura do Cavaleiro, uma imagem do guerreiro que luta pela pátria. No que se diz respeito a propaganda inglesa, por exemplo, a figura de São Jorge estará presente em cartazes de recrutamento, remetendo, assim, a um imaginário do cavaleiro para a mobilização de afetos em tempos de guerra.

Esse fenômeno foi analisado pelo pesquisador Haley Claxton, em sua obra *The Knights of the Front: Medieval History's Influence on Great War Propaganda*, onde o pesquisador busca evidenciar as mobilizações de um ideal de passado medieval na propaganda de guerra. Como bem observa o pesquisador, durante a primeira guerra mundial, foram amplamente mobilizados pôsteres de recrutamento militar que convocaram os homens a se alistarem no exército e

“defender a honra” de suas nações¹¹. Muitos destes materiais propagandísticos, aponta Claxton, retratavam imagens de um passado distante, uma representação romântica do que teria sido o passado medieval glorioso dessas nações. Nessas propagandas também podemos constatar a presença da figura icônica do Cavaleiro Medieval, representado como um valoroso e honrado guardião e protetor da pátria e dos fracos e indefesos.

Imagens que remetiam aos ideias de guerras medievais, de mitologia, de lendas de heroísmo e cavalaria foram constantemente expostas ao público como forma de moldar e mobilizar a sociedade a se engajar na batalha. O discurso retórico de mobilização de ideais imaginários a respeito do medievo também se fizeram presentes nesse período. Como bem observa o pesquisador, a Guerra, quando mobilizada a partir de um ideal romântico de cavalaria e batalha, tornava-se um lugar de aventura. A Guerra, deste modo, seria uma oportunidade que o soldado teria para ser lembrado como um guerreiro forte, patriótico, honrado e, até mesmo, como um herói nacional que combateu os inimigos de seu povo e pátria, tal qual também teriam feito os grandes Cavaleiros do passado. A construção das narrativas que buscavam produzir a ideia de paralelos entre as guerras e conflitos ocorridos no Medievo com as Guerras no século XX, buscavam promover a ideia de que os países no conflito eram, de fato, continuidades deste passado medieval, e sua população deveria lutar como forma de honrar seus ancestrais. Essas formulações e cooptação de um ideal imaginário de Idade Média continuaram presentes durante todo o conflito e também podem ser constatadas posteriormente, sendo amplamente mobilizadas pelos regimes totalitários europeus.

Durante a ascensão dos regimes totalitários na Europa, ocorrida na primeira metade do século XX, os regimes totalitários buscaram mobilizar símbolos e imagéticas que remeteriam ao medievo como forma de mobilizar afetos e reivindicar um passado beligerante como sentido e base simbólica para as investidas durante o período. Como bem apontam os pesquisadores Bruno Tadeu Salles e Guilherme Ottoni (2022, p.25), os usos do medievo por parte dos líderes ditatoriais foram amplamente mobilizados no contexto de invasão e conquista. Como bem observam os pesquisadores, o historiador medievalista Rory MacLellan chamou a atenção para

¹¹ Como bem observa Claxton, a propaganda militar durante de recrutamento durante a Primeira Guerra Mundial utilizou-se da figura do Cavaleiro Medieval como forma de mobilizar os homens a se alistarem como forma de defender sua honra e provar sua coragem, virilidade e masculinidade. Contudo, também houveram propagandas direcionadas ao público feminino que buscavam mobilizar o ideal cavaleiresco também nas mulheres. Um exemplo dessa abordagem, bem observa Claxton, foi a mobilização da figura de Joana D'arc enquanto mulher, cavaleira e guerreira que luta em prol de sua pátria.

o fato de que, em maio de 1940, durante a invasão da Polônia pelo exército nazista, foi realizada um procissão de soldados alemães carregaram réplicas de bandeiras da Ordem Teutônica¹² para o castelo de Malbork, onde a antiga Ordem era sediada.

Como bem observam os pesquisadores Mauricio da Cunha Albuquerque, Fernando de Oliveira Botafogo e Rafael Oliveira Mansan, no artigo *Minha honra se chama lealdade: a mítica cavaleiresca no imaginário nacional socialista - usos propagandísticos de um passado lendário (1933 – 1945)*, referências ligadas a um ideal medieval e cavaleiresco podem ser amplamente observadas na produção propagandística e na estética do Partido Nacional Socialista Alemão. Os regimes totalitários do século XX buscaram se apropriar e instrumentalizar a História, a arte, a cultura e os mitos e lendas da sociedade alemã. O Partido Nacional Socialista Alemão procurou cooptar e ressignificar sistematicamente essas produções culturais como forma de se construir uma narrativa que agregasse ao Partido uma aura de legitimidade que não poderia ser questionada pela população alemã. A instrumentalização de um ideal de passado foi amplamente utilizada como forma de buscar atribuir legitimidade aos processos de invasão e anexação de territórios de outros países. A figura do Cavaleiro também será amplamente utilizada em cartazes de convocação e recrutamento durante esse período¹³, esse retorno à prática realizada durante a Primeira Guerra evidencia a efetividade deste tipo de propaganda, que busca mobilizar os imaginários românticos dos sujeitos.

A Idade Média, bem como a figura do Cavaleiro medieval, são cooptadas, ressignificadas e instrumentalizadas como formas de promoverem discursos que não só buscam construir uma ideia de legitimidade da Guerra enquanto uma forma de defender a pátria e

¹² A Ordem dos Cavaleiros Teutônicos de Santa Maria de Jerusalém foi fundada em 1190. A Ordem Teutônica fez-se presente em Acre, atuando como um hospital militar que atendia os feridos. Construiu-se a ideia de que a Ordem seria majoritariamente composta de Cavaleiros e nobres germânicos. Essa elegação foi amplamente mobilizada pelo partido nazista como forma de buscar cooptar a figura da Ordem Teutônica como forma de promover a ideia de que esses Cavaleiros seriam representantes de um “glorioso alemão glorioso”.

¹³ Um exemplo curioso que podemos observar a respeito da mobilização de ideais de um passado glorioso e da figura do Cavaleiro pode ser observado também na Itália fascista de Mussolini. O fascismo italiano teve como um de seus principais pilares ideológicos o Manifesto Futurista de Marinetti. Nesse manifesto, Filippo Marinetti expõe suas visões a respeito da necessidade de se abraçar a modernidade, a tecnologia e o avanço. O fascismo de Mussolini buscou mesclar o futurismo com os imaginários de um passado que entendiam como clássico. É a partir dessa mescla que podemos buscar fazer uma leitura breve de um movimento utilizado nas manifestações de Mussolini: a Motociata. Uma vez que podemos ler a figura do Cavaleiro como uma imagem de poder e triunfo do homem sobre a natureza, no sentido de que é o homem quem doma o cavalo, o animal, podemos também ler o soldado com a moto como um triunfo do homem sobre a máquina, que é a motocicleta. Deste modo, a motociata pode ser interpretada como um releitura futurista das hostes de Cavaleiros e o próprio motociclista, nesse contexto em particular, como um análogo da figura do Cavaleiro.

honrar os grandes heróis do passado, como também são utilizados para moldar a forma como os sujeitos compreendem a Guerra e o próprio medievo, construindo assim uma imagem disforme de ambos cenários. Por meio dessas considerações, podemos constatar que o sequestro de signos do medievo e da cavalaria por grupos violentos e extremistas não trata de algo inédito, mas antes de um processo sistemático de cooptação e mobilização de afetos e discursos que busca promover conflitos.

Deste modo, faz-se necessário analisar criticamente esses processos de cooptação. Recorrer a figuras lendárias como cavaleiros e heróis que batalham em campos oníricos de um passado fantástico, situado em uma Idade Média imaginária, revela-se uma maneira muito potente de mobilizar os sujeitos a se engajarem em defender esses ideais e a hostilizar aqueles que buscam evidenciar criticamente as problemáticas relacionadas a esses projetos de instrumentalização e aos usos indiscriminados e acríticos do passado.

O Brasil na contemporaneidade, como bem buscamos pontuar, também sofre com a constante mobilização de signos do medievo utilizados de forma deliberadamente acrítica e problemática por grupos de Extrema-Direita. Eles lançam mão desses signos para cooptar sujeitos para suas bases violentas e problemáticas de atuação. No último momento deste trabalho, buscamos pensar como se construiu a relação do Brasil com a Idade Média, procurando compreender o motivo de, no Brasil, esses signos possuírem uma potência e um apelo tão flagrante entre a população. Compreendendo as nuances ligadas a esse cenário, podemos buscar também formular críticas a essas apropriações e propor possibilidades de atuação que permitam evidenciar as questões problemáticas que estão colocadas nesse uso sistemático desses passado imaginados no campo político brasileiro.

3 A CAVALARIA E IDADE MÉDIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: OS USOS POLÍTICOS DO MEDIEVO, DOS CAVALEIROS E DOS TEMPLÁRIOS NO CENÁRIO BRASILEIRO.

Para melhor compreender as questões levantadas e analisadas no capítulo final deste trabalho, faz-se necessário recapitular os pontos centrais que foram trabalhados nos capítulos anteriores e que são basilares para melhor fundamentar os apontamentos levantados.

Buscamos evidenciar, no primeiro capítulo deste trabalho, que a Cavalaria tratou-se de um evento complexo e multifacetado. Ao analisarmos historicamente as origens da Cavalaria e do Cavaleiro, nos deparamos com colocações e leituras distintas a respeito do tema. Mobilizando importantes pesquisadores como Barthelemy, Flori e Duby procuramos evidenciar o complexo e vasto campo de estudo que compreende a Idade Média e seus signos. Por meio dessa abordagem buscamos evidenciar que uma temática tão ampla e complexa deve ser abordada com seriedade e seguindo os critérios e métodos próprios dos estudos históricos.

No segundo capítulo deste trabalho buscamos destacar que a Idade Média, bem como os signos ligados ao período, sofreram uma série apropriações e ressignificações no decorrer da história. Desde um momento de obscurantismo e atraso até um passado glorioso e onírico onde Cavaleiros heroicos duelam em grandes combates, o medieval foi constantemente mobilizado a partir de interesses de lideranças políticas. Procuramos, no segundo capítulo, evidenciar que a Idade Média e a figura do Cavaleiro foram apropriadas e mobilizadas, ao longo dos séculos XIX e XX, como forma de propaganda política e como bases de narrativas nacionalistas profundamente problemáticas. Deste modo, evidenciamos que o fenômeno de apropriação do medieval por grupos políticos não é, de forma alguma, um evento inédito. Compreender que o processo de apropriação do medieval trata-se de um projeto que pode ser traçado historicamente nos permite tecer críticas a movimentos revisionistas.

Para dar início a parte final desta pesquisa a respeito de como a figura do Cavaleiro Medieval e, em alguma medida, o próprio Medieval foi cooptado e instrumentalizado por grupos vinculados a Extrema-Direita, faz-se necessário nos atentarmos às palavras da pesquisadora Néri de Barros Almeida, cuja passagem, como já anteriormente citado, está presente no prefácio da edição brasileira de *A Cavalaria: Da Germânia À França do Século XII*. Como argumenta a pesquisadora (2010, p.11):

“A Cavalaria não desapareceu. Subsiste em nossas fantasias de heroísmo e civilidade como peça mestra de um ambiente onírico em que reina uma sociabilidade ideal. Pode-se dizer que, através de múltiplas existências, ela é persistente e que sua tenacidade está associada a sua capacidade de representar um ideal de civilidade original, tributário da experiência cristã muito mais que a herança antiga.”

A figura do Cavaleiro, como um símbolo heroico que deve ser admirado e almejado, como um ideal de civilidade, continua fortemente presente no imaginário comum e na cultura popular. Evidentemente, como também aponta a pesquisadora, a realidade concreta nos revela que muitos dos ideais ligados a Cavalaria provém muito mais da literatura e de obras de fantasia do que de estudos historiográficos. Estas observações podem ser constatada na medida em que observamos que os “Cavaleiros” que povoam o imaginário popular tendem a se aproximar mais de Dom Quixote do que de Guilherme Marechal, de modo que não é equivocado reconhecer que o entendimento comum a respeito da Cavalaria tenha um certo aspecto quixotesco¹⁴.

A Idade Média, no Brasil, também revela-se um assunto que necessita de uma abordagem mais rigorosa. Esse período, como buscamos evidenciar ao longo deste trabalho, tratou-se de uma experiência complexa que perdurou por quase um milênio. Um período tão longo e complexo, cuja efervescência cultural e transformações políticas foram amplamente estudadas com cuidado e rigor por historiadores medievalistas como Le Goff, Barthélemy, Duby, Flori e tantos mais pesquisadores, cujas obras atestam a complexidade e a vastidão do tema. Buscamos destacar isto para enfatizar que o movimento de cooptação e instrumentalização do medievo por parte de grupos ligados à Extrema-Direita trata-se de um fenômeno que deve ser criticado e fortemente denunciado pela Academia. Para tecermos nossas críticas, evidenciados os equívocos e desinformação promovidas pela Extrema-Direita a respeito da Idade Média, buscamos primeiramente compreender como se construiu a relação do Brasil com a Idade Média e com a figura do cavaleiro medieval e, a partir destas considerações, desenvolver uma análise que nos permita buscar produzir críticas contundentes para este cenário.

¹⁴ O termo “quixotesco” é utilizado para referenciar o quanto a Cavalaria é entendida popularmente mais por seu caráter literário e fantástico do que historiográfico.

3.1 O Brasil e o medieval: Um breve comentário sobre os estudos e as buscas do passado (neo)medieval no Brasil contemporâneo

Segundo o professor Felipe Augusto Ribeiro, no texto *Brasil (Neo) Medieval: Idiossincrasias de um uso do passado*, recentemente vem se fomentando um debates a respeito da nova Base Nacional Comum Curricular, cenário no qual alguns historiadores brasileiros opinaram que a “Idade Média” trata-se de um temporalidade estrangeira, e que, por conta disso, não pertence a história do Brasil. Enquanto alguns historiadores alegam que os portugueses teriam introduzido ideias, mentalidades, costumes, instituições e práticas medievais para o Brasil, características estas que supostamente poderiam ser amplamente observadas durante o período do Brasil Império, onde haveria uma “medievalidade residual” e um “Antigo Regime” ainda vigente nos trópicos, ainda parece haver, para Ribeiro, uma opinião generalizada de que o Medieval não deve - ou não deveria - ser ensinado e pesquisado em solo nacional, visto que seria desperdiçar tempo e dinheiro investindo em um patrimônio, memória e história que não seria nossa.

A partir destas colocações, faz-se necessário ponderar algumas questões: “Idade Média”, “Medieval” e “História Medieval” são categóricas evidentemente eurocêntricas, quanto a isso não há dúvidas. Como bem buscamos evidenciar nesta pesquisa, este campo de estudos da História foi, efetivamente, construído e consolidado como uma área de estudos a respeito da Europa¹⁵. Contudo, bem podemos observar, muito embora não pertença, propriamente, à nossa história nacional, a Idade Média faz-se presente no Brasil, em diferentes lugares, de diferentes maneiras.

É neste cenário que deparamo-nos com uma situação, com um fenômeno que, ao menos à primeira vista, parece ser bastante inusitado. Segundo Ribeiro, um considerável número de pesquisadores têm destacado o emprego de imagens e ideias vinculadas à Idade Média na constituição de “comunidades de sentido” no Brasil, muitas dessas, com forte conotação política.

É, neste momento, que devemos observar, para melhor evidenciar a integridade e a validade deste trabalho, desta pesquisa e das críticas apresentadas nesta análise, que esses

¹⁵ Como bem observam pesquisadores como Augusto Ribeiro, prova-se necessário buscar problematizar e evidenciar as problemáticas que revelam-se ao se utilizar desta categoria para se referir a experiências históricas situadas em regiões que não fazem parte da Europa.

empregos de imagens e signos que remetem ao medievo, não se tratam tão somente de eventos pontuais e que não possuem qualquer expressão verdadeiramente factível na realidade. Para evidenciar esta questão, podemos evocar alguns eventos que tornaram esse cenário bastante reconhecido recentemente: nos protestos que tomaram as ruas do Brasil ao longo da última década, foi possível constatar que diversos homens presentes nesses acontecimentos compareceram trajados de fantasias que buscam emular e remeter às supostas indumentárias dos cavaleiros medievais. Seguindo este mesmo padrão, podemos bem observar, no campo de disputas políticas no Brasil, a Extrema-Direita - especialmente ligada ao bolsonarismo - tem buscado mobilizar um ideal que busque relacionar esses debates a uma Cruzada¹⁶. Um outro exemplo que também poderíamos evocar é a apropriação que estes grupos fazem ao considerar que valores como família, tradição, pátria e o cristianismo seriam característica “geneticamente medievais”.

Deste modo, bem podemos observar, a Idade Média, ainda que, de alguma forma poderíamos considerar como uma “outra história”, está presente e é mobilizada de tal maneira que é capaz de influenciar os sujeitos de nossa sociedade, levando-os a se engajar em eleições, pautar debates políticos e orientar ações coordenados de protesto.

O cenário que se projeta a partir disto nos exige promover um exercício de análise que é, para a compreensão desse fenômeno, fundamental: Porque a Idade Média mobiliza tanto os afetos da população do Brasil, um país que não viveu essa realidade, esse momento histórico¹⁷? Para melhor compreender essa questão, trataremos das considerações de Nadia R. Altschul e Lukas Gabriel Grzybowski, cuja pesquisa *Buscando por Dragões: a Idade Média no Brasil*, busca compreender como, no Brasil, o medievo foi pensado e apropriado ao longo dos últimos anos.

Como bem observam Nadia e Lukas, é necessário compreender, primeiramente, ao que se refere o conceito de “medievalismo”. Em sua concepção, mais utilizada, compreende-se o

¹⁶ As Cruzadas trataram-se de expedições religiosas e militares empreendidas pela Europa no Oriente Próximo. Estas expedições provaram-se, ao longo dos séculos, um vasto campo de estudos históricos que buscam compreender suas motivações, repercussões e nuances. A ideia de Cruzada mobilizada pela Extrema-Direita, no entanto, não possui qualquer tipo de preocupação ou rigor historiográfico. A Cruzada é pensada por eles como “Guerras Santas”, onde os Cavaleiros Cristãos combatiam os “infieis”. Na contemporaneidade, essa ideia é constantemente utilizada para promover um ideal, evidentemente equivocado, raso e maniqueista, de uma guerra justa entre os conservadores cristãos contra os “inimigos da pátria”.

¹⁷ Este questionamento ganha ainda mais potência na medida em que, como bem buscamos evidenciar neste trabalho, mesmo a compreensão do que foi, ou teria sido, “Idade Média dos europeus” tratou-se muito mais de uma construção romântica, evidentemente posterior ao próprio período.

medievalismo como o reaproveitamento de elementos considerados “medievais” em qualquer formato ou época subsequente ao próprio período histórico do medievo. Esta questão prova-se algo pouco problemático para a Europa, na medida em que o medievo é um evento histórico próprio dessa localidade. Como argumentam Altschul e Grzybowski (2020, p.25):

“Essa separação em relação a um tempo que se encerrou e sua percepção como ocorrida no passado não é especialmente problemática para os centros hegemônicos de conhecimento. Para os centros hegemônicos, sua própria Idade Média é uma época histórica que já acabou e que está, em seu próprio imaginário, cuidadosamente colocada além da realidade cotidiana.”

Essa visão a respeito da Idade Média torna-se mais complexa, no entanto, ao buscarmos tratar da relação do período em países como o Brasil. Como bem destacam os pesquisadores, o Brasil, assim como outros países do sul global, não possui uma Idade Média própria, o que apresenta-se como uma dificuldade para se estudar o período mediante a ideia de estudar o após de uma suposta “autêntica Idade Média”. Deste modo, indagam os pesquisadores, o que significa estudar a Idade Média e o medievalismo no Brasil?

Como bem observam os autores, os estudos produzidos em países do sul global podem nos permitir reconhecer e pensar criticamente questões ligadas a esse empreendimento. Ao nos depararmos diante da noção comum de que os estudos do medievalismo correspondem ao ideal de que há uma Idade Média histórica que é revisitada, ressignificada e reivindicada em períodos históricos subsequentes ao medievo, podemos vislumbrar uma perspectiva única sobre a disciplina e as possibilidades de abordagem que permeiam essa questão. Na medida em que nos encontramos em uma localidade distanciada da Europa, podemos desenvolver, a partir desse distanciamento, um panorama de análise distinto do que se é comumente empregado em solo europeu. A partir de nossa posição no debate, torna-se possível compreender que, antes do processo de reaproveitamento da “Idade Média”, há primeiramente a construção de um ideal prévio do que seria uma “Idade Média”.

Como um exemplo lúdico, que revela-se fortemente presente no imaginário popular a respeito do medievo, os pesquisadores buscam destacar a figura do dragão como estudo de caso. Os dragões, evidentemente, jamais existiram. Tratam-se de criaturas que habitam o imaginário fantástico humano, estando presentes em produções humanas que antecederam o próprio período medieval. Deste modo, os estudos a respeito do medievalismo não são sobre a compreensão de que dragões existiram ou não enquanto habitantes de um medievo real. Os

estudos ligados ao medievalismo tratam de buscar compreender o motivo de a figura do dragão ter se tornado uma figura comum quando evocamos a Idade Média.

O ponto dos pesquisadores, ao chamarem a atenção para essa questão, é salientar que os “dragões”, isto é, os elementos associados ao medievalismo são historicamente construídos, de modo que estes podem mudar mediante a passagem do tempo. Este exemplo também nos permite apontar para uma situação flagrante no que tange a questões ligadas à invenção do medieval. A partir da compreensão desse processo enquanto construção, podemos destacar que qualquer localidade e qualquer temporalidade pode ter formulado e difundido seus próprios ideais e figuras imaginárias a respeito da Idade Média e do que compreendem como medieval. A partir desta compreensão, torna-se possível buscar compreender quais seriam as versões do “medieval” que fazem-se presentes no Brasil.

Ao longo de seu artigo, Nadia e Lukas procuram salientar que o campo de estudos ligados ao medieval no Brasil trata-se de um amplo espaço de análise. Esses estudos, no entanto, ainda sofrem com questões ligadas ao método e a formas de abordagem. Como um exemplo dessa situação, podemos citar uma questão ocorrida em 2003, durante um encontro de estudos sobre a Idade Média que foi realizado em São Paulo. Após o fim do evento, o professor francês Joseph Morsel mostrou-se decepcionado com o evento por julgá-lo imitativo em relação aos estudos promovidos na Europa. O pesquisador observou que esses estudos utilizaram-se das mesmas construções cronológicas, dos mesmos métodos e mesmas metodologias já amplamente utilizadas nos estudos europeus. Morsel expressou descontentamento por considerar que, mesmo que com a possibilidade de se produzir estudos a partir de uma visão distanciada, os estudos apresentados não expressavam nenhuma visão realmente distinta das já existentes na Europa. Nas palavras de Morsel (2003, p.3): “A nossa Idade Média [promovida pelos medievalistas latino-americanos] podia até ser [uma Idade Média] vista “desde outro lugar”, mas não de outra maneira”.

Essas tensões no que diz respeito às formas como a Idade Média deve, ou ao menos deveria ser abordada, estudada e compreendida no Brasil prova-se ainda mais complexa na medida em que buscamos promover ou, ao menos, buscar formas de conciliar os estudos ligados ao campo com nossa própria experiência enquanto país que não teve a experiência do medieval. Ao retomarmos o exemplo que demos no início deste breve comentário, evidenciamos que houveram resistências na proposta da Base Nacional Comum Curricular de se estudar o

medieval. Juntamente com as críticas, foram mobilizadas também defesas da proposta da obrigatoriedade dos estudos da Idade Média. As defesas dessa proposta, bem observam Altschul e Grzybowski, foram amplamente baseadas na defesa sistemática da ideia de que o passado brasileiro se estenderia, de alguma forma, sobre a Idade Média europeia por meio da colonização portuguesa. Seríamos, deste modo, também medievais, herdeiros, seja material ou espiritualmente, de uma tradição transferida - para não dizer imposta - pelos colonizadores, cuja qual não somente justifica o investimento em pesquisas na área, mas também sua presença obrigatória nos currículos da educação básica.

Essas colocações provam-se profundamente problemáticas na medida que corroboram com um discurso que nos reduz a uma mera continuidade da Europa e dos europeus. Devemos buscar pensar e ponderar criticamente as questões que tangem o medieval no Brasil, de modo que não podemos nos permitir cair em armadilhas que nos coloque em uma situação subalterna em relação aos estudos ligados ao campo e sobre as formas como o medieval é apreendido no Brasil. Como bem nos alerta o pesquisador Luiz Felipe Anchieta Guerra (2021, p.61), em seu texto *Medievalismo político no Brasil contemporâneo*:

“O Brasil não teve passado medieval e incorporar esse elemento do passado de nossos colonizadores não deixa de ser, de certa forma, um modo de perpetuação do discurso colonial, afinal seríamos então um pedacinho de Portugal nas Américas. Assim, pensar a Idade Média no Brasil na chave dessa longa duração pode incorrer em situações perigosas nas quais fragmentos da Europa “primitiva” ainda vivem nos cantões de nosso país.”

Como bem observa Anchieta Guerra, admitir a ideia de que essas supostas “heranças” e “permanências” medievais resulta na concepção de que o Brasil seria uma localidade vivendo em uma temporalidade distinta e anacrônica, experienciando um tempo já vivido e superado em outras partes do mundo. Essas perspectivas de leitura precisam ser devidamente criticadas e repassadas na medida em que compreendemos que estudos a respeito do medieval promovidos no Brasil, bem como em todo lugar, devem ser promovidos a luz do rigor teórico e das metodologias que melhor permitirem a confecção de um trabalho científico que possua credibilidade acadêmica.

Ao compreendermos que o Brasil, ainda que não tenha tido, efetivamente, uma experiência com um passado medieval, por ter sua colocação distanciada, ainda torna-se possível promover estudos e tecer críticas em relação às formas como o medieval é cooptado na

contemporaneidade, a partir da evidenciação da importância desses estudos e como eles buscam produzir conhecimento crítico em relação a como o medievo é utilizado, podemos compreender que, enquanto brasileiros, que a promoção de nossos estudos é legítima. Ao compreender esta questão deparamo-nos com o dever ético de buscar compreender esse fenômeno no Brasil e tecer as críticas cabíveis e promover formas de evidenciar os usos problemáticos dessas formas de mobilização de signos ligados ao medievo.

3.2 O Medievalismo e o Neomedievalismo no cenário político do Brasil contemporâneo: Violências e O Mito de Fundação Luso-Brasileiro no Brasil

Como bem buscamos salientar, as noções ligadas ao medievo no Brasil estão sob constante tensão e disputa. As noções de que seríamos uma continuidade espiritual ou material de um passado medieval europeus foram e, em boa medida, continuam sendo mobilizadas por grupos revisionistas ligados à Extrema-Direita no Brasil, que fazem usos desses símbolos cooptando-os, ressignificando-os e utilizando-os como formas de se construir discursos narrativos hegemônicos sobre o período que os permitam construir narrativas que mobilizem afetos para suas causas e projetos políticos.

Primeiramente, é fundamental destacar as distinções entre medievalismos e reminiscências medievais. Como bem explica o pesquisador José Rivair Macedo, em sua obra *A Idade Média portuguesa e o Brasil: reminiscências, transformações, ressignificações*, as reminiscências medievais são elementos que surgiram durante o período ao qual convencionamos chamar Idade Média, e que, em alguma medida, ainda fazem-se presentes na contemporaneidade. Os medievalismos, como já apontamos anteriormente, compreendem todas as formas por meio das quais o medievo foi apreendido e construído posteriormente. Reforçar e evidenciar essas distinções é fundamental na medida em que buscamos evidenciar que os grupos ligados à Extrema-Direita não lidam com reminiscências medievais, mas com o consumo e produção de medievalismos e de “Idades Médias Imaginárias”.

Para melhor compreendermos as questões complexas a respeito do medievalismo e também do neomedievalismo, faz-se necessário melhor explicar e traçar, ainda que brevemente, do que se tratam os conceitos. Procuramos destacar, ao longo do segundo capítulo deste trabalho, que o século XIX buscou se apropriar da Idade Média para construir ficções e

narrativas que acabaram por habitar fortemente o imaginário popular. Deste modo, podemos compreender os medievalismos como todas as formas por meio das quais a Idade Média foi apropriada e construída por períodos posteriores, de modo que esses medievalismos possuem relação com, ao menos, uma ideia geral do que foi, ou teria sido, o período histórico medieval.

O neomedievalismo, por sua vez, trata-se de um fenômeno consideravelmente mais recente. Estudos promovidos a respeito deste tema nas últimas décadas se atentaram para o fato de que, no neomedievalismo, o interesse não faz-se presente na realidade histórica da Idade Média ou de seus signos, mas nas concepções que os sujeitos formam a partir dos medievalismos construídos anteriormente. O neomedievalismo não realiza uma distinção entre fantasia e realidade histórica, o que está em jogo, nesse caso, é a mobilização dos afetos que as narrativas épicas de Cavaleiros e heróis medievais podem mobilizar quando amplamente comercializadas e difundidas na cultura popular.

O fenômeno do neomedievalismo, bem observam os pesquisadores Bruno Salles e Guilherme Otoni, faz-se presente, na contemporaneidade, intimamente ligado a uma lógica de consumo e simplificação. A Idade Média torna-se, para esses grupos, uma manifestação nostálgica, uma fantasia de poder que é construída a partir de preconceitos e concepções vagas e imprecisas, desconsiderando questões complexas a respeito do período histórico complexo que foi o medievo. Tornar um período histórico refém da lógica do mercado capitalista implica em um processo sistemático de simplificação e quimerização. Diante do processo de transformar a História em produto de amplo consumo, a metodologia e o rigor acadêmico são amplamente suplantados por narrativas épicas que buscam na ficção e no fetichismo construir uma Idade Média imaginária que atenda aos interesses, fantasias e anseios pessoais de sujeitos históricos situados na contemporaneidade.

Essa relação de produção e consumo de neomedievalismos confeccionados a partir de interesses políticos por parte da Extrema-Direita pode ser bem observada na construção de mitos de fundação do Brasil. Como bem analisou o pesquisador Luan Lucas Moraes, em seu artigo *O “mito” fundador luso-brasileiro: Apropriações do passado medieval europeu na construção de uma identidade nacional em Brasil: A Última Cruzada*, em 2017, a empresa de comunicação *Brasil Paralelo*, cuja produções são de caráter abertamente negacionista e conspiratório e cujo público-alvo são grupos ligados a direita e a extrema-direita, lançou o primeiro episódio duma “série documental” a respeito da História do Brasil, com a proposta de

levar ao grande público uma narrativa sobre a história nacional pautada em ideias de “sacrifício, virtude e coragem” que, supostamente, por muito tempo teria sido negada a população brasileira. Intitulada *Brasil, a Última Cruzada*, a série procura empregar um esforço que se quer parecer revisionista mas que revela-se negacionista e propagador de teorias da conspiração e desonestidades intelectuais, de viés nacionalista e conservador, buscando destacar, sobretudo, valores como “fé”, “bravura”, “coragem” e “honra” dos conquistadores portugueses na construção daquilo que eles sustentam como sendo “a verdadeira identidade dos brasileiros”.

Desde a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro no ano de 2018, mas não exclusivamente a partir desse momento, as mobilizações de uma ideia de “passado glorioso ligado ao processo colonial e a uma suposta herança de valores europeus” se acentuaram no Brasil de forma mais flagrante. Como bem aponta Moraes, é possível observar que nas redes sociais, principal seara e frente de atuação e comunicação dos apoiadores e ideólogos do governo bolsonarista, há um evidente culto a valores supostamente medievais e as “raízes lusitanas” do Brasil, seja pela predileção de uma herança étnica e linguística, seja pela frequente reivindicação de pertencimento e legitimidade da fé cristã durante o processo de colonização¹⁸.

A compreensão idealizada, romantizada e tributária de uma ideia rasa e artificial de nacionalismo pode ser bem constatada na estética, no discurso e na estrutura da série *Brasil: a Última Cruzada*. Como bem aponta Moraes, é perceptível, já no primeiro episódio da produção, a construção de uma narrativa que busca construir a ideia de que foi o “passado medieval” que permitiu a promoção da “era das grandes navegações” e, conseqüentemente, o “avanço civilizacional” que o sucedeu, sendo o Brasil um dos resultados desse empreendimento que, já estaria sendo gestado desde o medievo.

Como bem analisa o pesquisador, o primeiro episódio da série, intitulado *A Cruz e a Espada*, busca promover a leitura de que o Brasil seria resultado do “espírito desbravador” próprio dos conquistadores portugueses. Os idealizadores buscam sustentar essa afirmação a partir da leitura de que os portugueses - os ibéricos de modo geral - teriam uma maior expertise no que se refere a tratar de assuntos complexos e tramas de cunho político. O documentário procura justificar essas colocações na medida em que buscam mobilizar a ideia de que, mediante a presença muçulmana na Península Ibérica, os portugueses tiveram sucesso em

¹⁸ Nesses ambientes virtuais, podemos observar frequentemente a mobilização de discursos e narrativas generalistas, rasas e eurocêntricas sobre o processo de construção da identidade nacional brasileira. Nesses discursos há uma constante exaltação do processo de conquista e colonização, bem como o total esquecimento dos povos originários e da população negra escravizada compuseram o processo de formação do Brasil.

expulsá-los, empreendendo expedições beligerantes, o que se convencionou chamar de “Reconquista”.

O documentário apresenta a narrativa de que a “Reconquista”, bem como o processo de expulsão dos sujeitos islâmicos da Península Ibérica, configura-se um evento a ser entendido de forma romantizada e triunfalista, buscando sempre evocar a ideia de que tratou-se de uma batalha pela preservação dos “valores cristãos”. O documentário busca promover a ideia de que os portugueses atuaram como “baluartes da fé” na defesa daquilo que chamam de “civilização ocidental”, e que são os valores de virtude, coragem e cristandade que deveriam ser cultivados e regerem o nosso país, na medida que, na visão expressada no documentário da Brasil Paralelo, seriam desses valores que o Brasil teria se originado. Mediante ao suposto projeto de desvirtuação dos valores e da “gloriosa História” do Brasil, o documentário seria uma reação a esse processo, buscando assim trazer ao público a “verdadeira história do Brasil”, aquela que “os professores e comunistas infiltrados não querem que cheguem ao público”¹⁹.

Ao analisarmos essas colocações, deparamo-nos com uma produção que busca deliberadamente apresentar ao grande público uma narrativa que promove teorias da conspiração e de cunho político claramente ligado à Direita, que busca defender a ideia de que a identidade nacional do Brasil seria algo única e exclusivamente europeia. Esse documentário, bem como todas as produções da Brasil Paralelo, torna-se ainda mais problemático na medida que ele configura-se como elemento de instrumentalização política e cultural, o que fica ainda mais explicitado ao percebermos que os episódios dessa série chegaram a ser exibidos na TV Escola, uma rede vinculada ao Ministério da Educação e que possui, como seu principal público, alunos do Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas do Brasil.

O documentário, ao analisarmos também questões no que tangem ao título do primeiro episódio já nos permite destacar uma questão fundamental: *A Cruz e a Espada* trata-se de uma produção que está ligada ao fenômeno do neomedievalismo. Como apontamos anteriormente,

¹⁹ Essa abordagem sensacionalista tem se provado um elemento demasiado comum nas chamadas narrativas de grupos ligados à extrema-direita. A partir da alegação de possuírem uma “verdade” secreta que a Academia buscou apagar, esses grupos buscam mobilizar a ideia de exclusividade de informação para atrair sujeitos que não estão próximos da Academia. Esses discursos, sempre de tom conspiratório, buscam deliberadamente produzir narrativas reacionais e cooptar sujeitos em campos onde a divulgação científica ainda tem dificuldades de se inserir. Não nos parece casual que, constantemente, grupos de mídia e produção como a Brasil Paralelo promovam, em suas redes sociais, “documentários” que revelam “as verdades que os professores de história não querem que você saiba”. Diante deste cenário profundamente problemático de apropriação da história para fins de cooptação de massas, faz-se fundamental que a Academia, a divulgação científica e a História Pública busquem maneiras de se apresentar nos espaços digitais como forma de tecer críticas a essas produções revisionistas e reacionárias.

nos neomedievalismos se destacam as narrativas épicas e a mobilização de afetos dos sujeitos que consomem essas produções em detrimento do rigor e da ética de estudos e análises acadêmicas. Nesse sentido, bem podemos constatar, o documentário da *Brasil Paralelo* configura-se um exemplo bastante expressivo no que diz respeito aos processos de mobilização do neomedievalismo na indústria cultural de consumo e produção em massa na ordem capitalista. Nesse sentido, a Idade Média e a história medieval tornam-se produtos a serem manufaturados e vendidos aos grande público a partir de uma lógica de mercado e consumo. A *Brasil Paralelo*, ciente desse cenário, busca produzir seus documentários já visando um amplo alcance, o que tem se mostrado perigoso na medida que cada vez mais suas narrativas revisionistas e reacionárias têm alcançado as grandes massas, construindo no imaginário da sociedade um medievo que atenda aos interesses e anseios da direita e da extrema-direita, suprimindo e combatendo sistematicamente qualquer exercício rigoroso, crítico e metodológico responsável de análise do período, buscando silenciar estudos sérios que procuram evidenciar as problemáticas, equívocos e revisionismos presentes em suas produções.

É importante destacar também que a mobilização da Idade Média, como a realizada no documentário da *Brasil Paralelo*, com o propósito de ser uma propaganda e mobilização política, não é, como bem pontuamos ao longo desta pesquisa, e mais especialmente ao longo do segundo capítulo deste trabalho, de maneira alguma, inédito. A instrumentalização e mobilização do passado enquanto maneira de se justificar ou construir projetos artificiais de identificação e identidade nacional já fazem-se flagrantes desde o século XIX. A mobilização de ideias e ideais de um passado guerreiro onde uma “masculinidade beligerante”, uma “pureza racial”, um “purismo virtuoso e cristão” e a defesa da “pátria como um dever sagrado e patrióticos contra os invasores e estrangeiros” foram, como buscamos destacar, amplamente empregados nos discursos nacionalistas do século XIX e nas Guerras Mundiais da primeira metade do século XX, e, como bem podemos observar, continuam a serem empregados em produções contemporâneas como a *A Cruz e a Espada*, da *Brasil Paralelo*.

Como bem aponta Luan Morais (2021, p.212), a *Brasil Paralelo* busca mobilizar, a partir de seu documentário, a ideia de que o berço identitário da sociedade brasileira, o “brasileiro”, estaria diretamente ligado à ideia de uma “pátria-mãe ancestral”. A lógica empregada pelo documentário busca ler a História do Brasil a partir de uma chave de leitura eurocêntrica, onde a formação do Brasil e do brasileiro seriam o resultado da derivação do próprio Estado

Brasielrio, cujo qual deveríamos nos orgulhar por sermos tributários de uma “herança europeia”.

Na mesma medida, de forma quase paradoxal, o documentário busca conciliar uma ideia de orgulho e tributo a Portugal e a Europa com um sentimento de nacionalismo que, dado ao extremismo com é mobilizado pelo documentário, evidencia-se imediatamente como um movimento chauvinista pautado no ódio e na hostilização de tudo e todos que não fazem parte da “identidade nacional”. Nesse contexto, bem podemos observar, a narrativa do documentário busca claramente apontar de forma pejorativa para todos aqueles que não estariam inseridos no que chamam de “sociedade ocidental”. Esses discursos provam-se profundamente problemáticos na medida em que, ao analisarmos os afetos mobilizados por tais discursos, acabamos por nos deparar com um cenário onde ocorre uma naturalização da violência, um pagamento e um extermínio sistemático de culturas e identidades que não se inserem nesse cenário. Essa problemática, bem podemos denunciar, faz-se cristalinamente presente no documentário na medida em que, ao se exaltar as “origens do Brasil” como puramente europeias, o documentário realiza deliberadamente um apagamento sistemático das violências promovidas pelos europeus e também promovem um apagamento sistemático dos povos originários e dos sujeitos escravizados vindos de África.

A promoção do Brasil como uma continuidade de uma longa tradição pautada em uma “pátria lusitana”, como um lugar tributário a Europa que a Brasil Paralelo promove em seus discursos revela-se um forte aparato de mobilização e instrumentalização da História e dos afetos para os grupos ligados à extrema-direita reacionária. O trabalho promovido pela Brasil Paralelo prova-se, cada vez mais descaradamente, uma verdadeira cruzada de ódio, desinformação e quimerização do passado que é amplamente abraçada e auxiliada por grupos de extrema-direita, muitos destes, inclusive, inseridos dentro da política institucional. Evidenciar as problemáticas e as violências dos usos políticos do medievo por parte de grupos e produções ligadas à extrema-direita como essas prova-se um trabalho fundamental para denunciar essas práticas revisionistas e reacionárias. Buscar formas de se contrapor a apropriações e anacronismos, expondo o ridículo, o absurdo e as desinformações propagadas por meios de comunicação como esse trata-se de um dever ético e um exercício que historiadores e a academia devem promover ativamente. Buscar compreender como o medievo tem sido apropriado por meio de discursos e produções de caráter reacionário trata-se de um

passo importante para se construir uma base ativa de crítica e contraposição a essas práticas.

Uma vez que tenhamos analisado como a Idade Média tem sido amplamente cooptada e instrumentalizada enquanto ferramenta política de mobilização de afetos e cooptação de sujeitos por parte da Extrema-Direita, devemos agora buscar analisar a apropriação da figura do Cavaleiro nesses espaços políticos de mobilização e cooptação política de signos ligados ao medievo. Para tanto, buscamos analisar um fenômeno que tem ganhado espaço no Brasil, cujo os membros têm se mostrado bastante presentes em movimentos reacionários de Extrema-Direita e movimentos antidemocráticos: O fenômeno do Neotemplarismo no Brasil.

3.3 O Neotemplarismo e o Neomedievalismo nos movimentos políticos antidemocráticos de grupos ligados à Extrema-Direita: Do mito de fundação templário do Brasil ao Dia do Templário.

Dentre os principais signos do medievo que a Extrema-Direita buscou se apropriar, a figura dos Cavaleiros Templários é um dos destaques mais evidentes e perceptíveis nesses grupos. Contudo, antes de analisarmos o fenômeno do Neo-Templarismo no Brasil contemporâneo é importante tecer um breve comentário a respeito da Ordem Templária e como ela é estudada pela Academia e pelos historiadores. Como bem procuramos destacar, no primeiro capítulo deste trabalho, a Cavalaria tratou-se de um fenômeno complexo que foi, e continua sendo, amplamente estudado rigorosamente por diferentes pesquisadores. Para apresentar, ainda que brevemente, considerações a respeito dos Templários, buscamos destacar, neste primeiro momento, as contribuições de Barthélemy e Flori.

Como bem aponta Barthelemy (2012, p.342), desde 1118 ou 1119 alguns “pobres Cavaleiros de Cristo”, vindos de França, realizam a escolta de peregrinos que viajam nas proximidades de Jerusalém. Esses Cavaleiros tinham o Templo de Salomão como seu quartel-general. Inicialmente servidores dos cónegos estabelecidos na região, esses Cavaleiros começam a aspirar por uma vida de caráter mais elevado, almejando um estatuto religioso. Os templários situados na Terra Santa são Cavaleiros-monges. A eles suscitam-se reservas e críticas. São Bernardo, em 1130, redige um enervante *Elogio da nova Cavalaria* dos templários. São Bernardo está bastante satisfeito e aprova o “duplo combate”, de caráter

material e moral, que esses Cavaleiros empregam. Ele também elogia a vocação que esses guerreiros têm ao martírio, ao mesmo tempo que assegura que esses guerreiros, dentro dos padrões de pensamento da época, não correm o risco de pecar cometendo homicídio pois em uma Guerra Santa há tão somente *malicídio*. Contudo, há ainda nuances no pensamento de São Bernardo, ele adverte: “mais vale não matar os pagãos se podemos encontrar um outro meio de impedi-los de atormentar ou oprimir os fiéis”. Esses Cavaleiros são guardiões de Templos e Igrejas por excelência, um grupo austero que busca na vida regrada e religiosa uma forma de elevação espiritual.

Muito por conta de sua postura crítica em relação aos cavaleiros do século, questão que também já foi observada por Flori, os Templários construíram para si um ideal de superioridade material e, principalmente, moral. Como bem argumenta Flori, essa situação não se manteve na medida com que a conjuntura na região da Terra Santa foi se redesenhando. A derrocada da Ordem teve seguimento com as inúmeras acusações de heresia e crimes que foram imputadas sobre os Templários, muito por conta das riquezas e poder que a Ordem havia acumulado. Sob processo de tortura, muitos Templários foram coagidos a “confessar” crimes e heresias, o que levou ao confisco de seus bens e ao eventual desmantelamento da Ordem. Na visão de Flori, o fracasso da ordem se traduz no fim do mito da “Cavalaria monástica cristã”. Posteriormente ao desaparecimento dos Templários, como já foi brevemente apontado neste trabalho, a cavalaria secular acabou por privilegiar, em sua ideologia, questões mais laicas, aristocráticas e, até mesmo, performáticas. As mesmíssimas questões que São Bernardo de Claraval tanto condenou, agora eram parte integral da ideologia da Cavalaria do século.

É bastante evidente que a Ordem Templária foi um fenômeno, um produto resultante das demandas e da realidade medieval e que teve seu fim na medida que essa mesma realidade histórica foi se transformando, se complexificando, se mutacionando. Ainda assim, é bastante curioso pensar que, séculos após o fim dessa mesma ordem, grupos de Extrema-Direita no Brasil contemporâneo, o que torna essa situação ainda mais chamativa, venham reivindicado uma estética e uma ética que remete a uma ideia, profundamente desconexa da realidade histórica, a figura do Cavaleiro Templário.

Esse movimento de cooptação da figura do Cavaleiro medieval por grupos de extrema-direita é, de fato, curiosa, mas, como bem apontamos ao longo deste trabalho, não se

trata de algo realmente novo ou inconcebível dentro do contexto no qual esse fenômeno se manifesta. Como bem buscamos apontar, a extrema-direita não trabalha com reminiscências medievais, mas com medievalismos construídos e produzidos por eles mesmos. A escolha dos Templários como principal símbolo e modelo de conduta também pode ser explicada na medida que, para grupos de Extrema-Direita, cujo fanatismo e fundamentalismo cristão podem ser amplamente constatados em seus discursos, o Templário representaria a epítome do “homem ideal”, viril, másculo, guerreiro e devoto da fé cristã.

O fascínio da Extrema-Direita no que se diz respeito aos Templários é tamanho a tal ponto que, por vezes, buscaram desenvolver uma ideia de “origem da nação brasileira” que estaria diretamente ligada à Ordem de Cristo, uma organização que seria tributária da antiga Ordem do Templo. Setores da Extrema-Direita ligados a movimentos que buscam cooptar signos ligados à cavalaria e ao medievo buscam construir a ideia de que o Brasil teria sido fundado por cavaleiros europeus, por vezes compreendidos como remanescentes da antiga Ordem Templária.

Uma matéria publicada originalmente em 1998 pelo jornalista Jorge Caldeira, e republicado pela revista eletrônica *Super Interessante*, em 2019, revela-se um importante objeto de estudo para evidenciarmos as questões ligadas às construções imaginárias ligada a ideia da fundação do Brasil e sua suposta relação com os templários. O texto, intitulado “*A História Secreta do descobrimento do Brasil*”²⁰, busca sustentar a ideia de que o Brasil seria o resultado de uma longa campanha financiada pelos templários remanescentes da Europa e que, como resultado, seríamos uma nação fundada por templários.

A ideia proposta no artigo é a de que o Brasil seria o resultado de uma Cruzada, o que chamam de “*Cruzada do Descobrimento*”. A Chegada de Cabral a América e, mais precisamente, a onde hoje compreendemos como Brasil seria o resultado flagrante do empreendimento realizado pela Ordem de Cristo. A matéria segue buscando apresentar a narrativa de que o Rei D. Manuel I, realizando uma cerimônia solene, teria entregado a bandeira da Ordem de Cristo, compreendendo por eles como uma organização que teria herdado a mística dos cavaleiros templários, para Pedro Álvares Cabral. Segundo a narrativa apresentada por Jorge Caldeira, o explorador Álvares Cabral não teria qualquer experiência como navegador e só estaria à frente da “missão” devido a sua posição enquanto Cavaleiro da

²⁰ Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/a-cruzada-do-descobrimento>
Acessado pela última vez em 12 -03-2025

Ordem de Cristo e que, por conseguinte, estaria incubido de duas missões principais: construir uma Feitoria na Índia e tomar posse de uma terra que, para Caldeira, já seria conhecida pelos portugueses, o Brasil²¹. Segundo o texto de Caldeira²²:

“Domingo, 8 de março de 1500, Lisboa. Terminada a missa campal, o rei d. Manuel I sobe ao altar, montado no cais da Torre de Belém, toma a bandeira da Ordem de Cristo e a entrega a Pedro Álvares Cabral. O capitão vai içá-la na principal nave da frota que partirá daí a pouco para a Índia. Era uma esquadra respeitável, a maior já montada em Portugal, com treze navios e 1500 homens. Além do tamanho, tinha outro detalhe incomum. O comandante não possuía a menor experiência como navegador. Cabral só estava no comando da esquadra porque era cavaleiro da Ordem de Cristo e, como tal, tinha duas missões: criar uma feitoria na Índia e, no caminho, tomar posse de uma terra já conhecida, o Brasil.”

De forma similar ao *mito de fundação luso-brasileiro*, analisado por Luan Moraes, o *mito de fundação templário do Brasil*, como aqui decidimos chamar, busca promover um esforço revisionista que visa construir a ideia de que o Brasil é uma nação nascida e, por conta disso, tributária dos esforços e do pioneirismo dos portugueses na chamada “era das navegações”. A partir dessa perspectiva já profundamente problemática de culto ao colonizador português, Caldeira procura acrescentar ainda mais colocações, essas sem qualquer rigor acadêmico, dedicando-se tão somente a construir uma narrativa que glorifica o empreendimento português no que se refere ao processo de descobrimento. Segundo a narrativa propaganda por ele, no início do século XV, Portugal encontrava-se desolado e empobrecido, tendo que se resignar aos interesses, poder e riqueza da Itália e da Alemanha²³. Diante deste cenário, aponta Caldeira, Portugal teria buscado o apoio com membros remanescentes da antiga Ordem do Templo. Deste modo, com o apoio econômico e com os conhecimentos cartográficos e de navegação cedidos pela Ordem, que, de acordo com a

²¹ Logo de início, ao analisarmos essa matéria, podemos observar imediatamente o tom conspiracionista que esta emana. Bem como as produções do Brasil Paralelo, o texto de Jorge Caldeira busca apelar para uma ideia de exclusividade e excepcionalidade, na qual ele busca afirmar saber de uma “história secreta”, uma “verdadeira história” do descobrimento e da formação do Brasil. Embora tenha sido trazido ao público mais recentemente em 2019, o texto originalmente foi publicado em 1998 e, como bem podemos observar, o texto parece ter se popularizado entre alas conservadoras ligadas aos militares e aos grupos ligados à Extrema-Direita.

²² Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/a-cruzada-do-descobrimento>

²³ Ao analisarmos historicamente e criticamente a construção da narrativa apresentada, podemos evidenciar que esses países ainda não haviam passado por seus devidos processos de constituição durante o período citado na matéria. Esse erro histórico flagrante evidencia ainda mais o caráter conspiracionista e equivocado do texto, que apenas busca promover uma narrativa negacionista, sensacionalista, fantasiosa, revisionista e sensacionalista de um evento que já é amplamente estudado por pesquisadores sérios que fazem uso de metodologias bem estabelecidas pela Academia.

narrativa promovida por Caldeira, já inclusive conheciam a existência das “terras brasileiras” antes mesmo dos portugueses, Portugal teve êxito em seus empreendimentos e, graças aos “templários” tornaram-se a nação pioneira durante a “era dos descobrimentos”.

O caráter absurdo, conspiracionista e revisionista do texto escrito por Jorge Caldeira é evidente. O apelo para uma narrativa mítica que busca associar os Templários enquanto figuras fundamentais e essenciais para a descoberta e constituição do Brasil torna evidente o caráter completamente desprovido de metodologia ou rigor acadêmico. A mobilização de proposições como uma “história secreta” revelam imediatamente o caráter revisionista do empreendimento realizado pelo autor. Essas colocações, embora evidentemente absurdas e conspiratórias, repercutiram entre os setores militares e conservadores ligados à Extrema-Direita no Brasil.

Como forma de evidenciar as problemáticas destes usos acríticos e revisionistas do passado, buscamos apresentar dois casos que evidenciam o quanto se propagou a narrativa revisionista de Caldeira, resultando na disseminação dessas desinformações promovidas pela matéria redigida por ele. Como primeiro exemplo, apontamos para um documento oficial apresentado pelo *Órgão de Divulgação das Atividades Acadêmicas Da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/RS e do Instituto de História e Tradição do Rio Grande do Sul*. No texto publicado em maio de 2012, o militar Flávio Martins Pinto procura construir uma narrativa que busca construir uma relação entre o Brasil e os Templários. No texto intitulado “*O Brasil e a Egrégora Templária*”, o militar busca fazer, supostamente, um levantamento da história da Ordem Templária, de sua “transformação” em Ordem de Cristo e sua relação com Portugal e com o Descobrimento do Brasil. Segundo o documento, que novamente destacamos se tratar de um documento oficial do Estado, a Descoberta do Brasil não se iniciou com a Expedição de Cabral. O Descobrimento seria parte de um projeto mais amplo da corte portuguesa, sendo realizado a partir dos desígnios da Ordem de Cristo. Nisso, a narrativa promovida no texto é bastante direta ao buscar construir um revisionismo conspiratório (2012, p.3):

“A descoberta do Brasil não se iniciara com a expedição de Pedro Álvares Cabral especificamente. Fazia parte de um programa mais amplo da Corte portuguesa sob a batuta da Ordem de Cristo. Esta, como devia obrigação somente ao Papa, adiantava-se ao Estado português, em especial na navegação marítima. Descobriam, organizavam, administravam e depois repassavam à Corte as terras descobertas. Dia 8 de março de 1500, cais da torre de Belém, porto de Lisboa. O rei D. Manoel I toma a bandeira da Ordem de Cristo e entrega a Pedro Álvares Cabral, capitão de uma esquadra de 13

navios que zarparia para as Índias. A bandeira seria içada na nau capitânea da esquadra. Cabral, cavaleiro da Ordem de Cristo, tinha duas missões: criar uma feitoria nas Índias e tomar posse de uma terra já conhecida da Ordem nos mares do Sul, o Brasil. Ele (Cabral) não era piloto e sua presença se devia ao fato de somente a Ordem possuir autorização para ocupar as terras dos “infieis”.²⁴

De forma muito semelhante ao texto de Caldeira, bem podemos observar, o texto busca promover a ideia do Brasil como resultado de um empreendimento realizado por reminiscências de Templários. Essa narrativa ainda persiste na defesa da ideia de que o Brasil trataria-se de uma terra a ser conquistada pelos “Cavaleiros de Cristo” e cristianizada pelos desígnios do Papa, de modo que as violências cometidas durante a conquista da terra seriam tão somente, na visão promovida pelo texto de Flávio Martins, um caso de “Cavaleiros sagrados” lidando com “infieis”. As influências dos Cavaleiros da Ordem de Cristo, de acordo com as considerações revisionistas de Martins, estariam presentes na formação do Brasil de forma bastante sublimada, mas ainda seriam possíveis de serem constatadas em certas composições pontuais nas produções brasileiras. Segundo o texto, as influências da Ordem de Cristo poderiam ser observadas em símbolos do Estado. Como é colocado pelo próprio texto (2012, p.4-5):

“No Brasil independente, o símbolo da Ordem de Cristo retorna triunfante na Bandeira Imperial sustentando o brasão de armas do Império (1822-1899), na bandeira criada por Debret inspirada por José Bonifácio de Andrada e Silva. Decreto de 18 de setembro de 1822: “Hei por bem, e com parecer do meu Conselho de Estado, Determinar o seguinte: Será de ora em diante o Escudo das Armas deste Reino do Brasil, em campo verde, uma Esfera Armilar de ouro atravessada por uma Cruz da Ordem de Cristo, sendo circulada a mesma Esfera de dezenove Estrelas de prata em uma orla azul: a firmada a Coroa Real diamantina sobre o Escudo, cujos lados serão abraçados por dois ramos das plantas de Café e Tabaco, e ligados na parte inferior pelo laço da Nação. A Bandeira Nacional será composta de um paralelogramo verde, e nele inscrito um quadrilátero romboidal cor de ouro, ficando no centro deste o Escudo das Armas do Brasil.(...)” A bandeira foi usada por pouco tempo, entre 18 de setembro até 1º de dezembro de 1822. Com uma modificação, apenas alterou-se a Coroa Real e vigorou até 1889. Do Hino à Bandeira, de Olavo Bilac Sobre a imensa Nação Brasileira, Nos momentos de festa ou de dor, Paira sempre, sagrada bandeira, Pavilhão da Justiça e do Amor! O Brasil Império foi o período em que o Brasil afirmou-se no concerto das nações como nação de paz, ordeira, organizada respeitadora das fronteiras acordadas, a despeito das disputas políticas e guerras internas. Após emancipar-se de Portugal em definitivo constituiu-se nação independente e soberana. Um presidente sul americano afirmou, quando da Proclamação da República – “... foi-se a última democracia da América”.”

Outra suposta “evidência”, apontada pelo texto, seria que a marca dos Templários e da Ordem de Cristo no Brasil estaria presente em um símbolo militar, a medalhística da Ordem de

²⁴ Disponível em: <https://www.acadhistoria.com.br/otuiuti/O%20TUIUTI%2012.pdf>

Cristo, criado por D. Pedro I. Essa medalha condecorativa seria a característica definitiva da Egrégora templário que estava inserida na administração ordeira representada pelos militares e pelos religiosos que seriam a base da constituição do Brasil. Esse trecho, aqui brevemente apresentado, configura-se como algo extremamente problemático na medida em que se trata de um documento oficial de divulgação de um Órgão ligado ao Estado. Embora se trate de um documento relativamente antigo, ele é, ao mesmo tempo, um produto relativamente recente que busca reivindicar e promover a ideia de uma mística de fundação do Brasil que é lida em uma chave profundamente revisionista, eurocêntrica e fundamentalista cristã. As problemáticas desses processos de leitura revisionistas ficam ainda mais evidentes na medida em que esses discursos promovem um apagamento sistemático dos povos originários e sujeitos escravizados trazidos de África, sujeitos que foram vítimas das violências promovidas pelos portugueses durante o processo de invasão e conquista do Brasil.

Ainda neste tópico de se pensar as problemáticas desse mito de fundação Templário do Brasil, buscamos evidenciar também como esse discurso revisionista e fundamentalista de grupos ligados à extrema-direita faz-se presente também no interior da política institucional. Para tanto, procuramos trazer um Projeto de Lei que busca promover a oficialização do “Dia do Cavaleiro Templário” em Minas Gerais. O Projeto de Lei número 3692 de 2022, apresentado na Câmara Legislativa de Minas Gerais, proposto por Rafael Martins, tem como objetivo oficializar uma data comemorativa em homenagem aos Cavaleiros Templários.

Dentre todas as questões problemáticas a se tratar a respeito desse projeto, podemos iniciar sua análise a partir, primeiramente, de sua justificativa. Segundo o autor do Projeto de Lei, os Templários foram fundamentais para a fundação do Brasil na medida que foi por meio de seus conhecimentos e riquezas que Portugal foi capaz de tornar-se pioneiro durante a chamada “era das navegações”. O Projeto de Lei propõe que as navegações de Portugal, bem como suas conquistas, foram parte de uma longa tradição e de um projeto arquitetado pelos Cavaleiros Templários e pela Ordem de Cristo séculos antes do descobrimento. Como está explicitado no Projeto de Lei 3692 de 2022²⁵:

“A Ordem dos Cavaleiros Templários foi fundada por oito cavaleiros franceses pertencentes à Ordem de Cristo, em 1119, em Jerusalém. Graças à experiência náutica dos cavaleiros, a Ordem de Cristo transformou a pequena nação portuguesa num

²⁵

Disponível

em:

<https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/projetos-de-lei/texto/?tipo=PL&num=3692&ano=2022#:~:text=A%20Assembleia%20Legislativa%20do%20Estado,da%20Ordem%20dos%20Cavaleiros%20Templ%C3%A1rios.>

império espalhado pelos quatro cantos do planeta.

Em 1416, a ordem colocou em prática um antigo e ousado projeto: circum-navegar a África e chegar à Índia, ligando o Ocidente ao Oriente sem a intermediação dos muçulmanos, que na época controlavam os caminhos por terra entre esses dois cantos do mundo. Os templários durante as cruzadas, além de se especializarem no transporte marítimo de peregrinos para a Terra Santa, mantiveram intensos os contatos com viajantes oriundos de toda a Ásia.

Em 1418, com o aval do Papa Martinho V, através da bula *Sane Charissimus*, foi dado caráter a uma nova cruzada, empreendimento que garantia que as terras tomadas dos “infieis”, passariam para a Ordem de Cristo, que teria sobre elas tanto o poder temporal de administração civil como o espiritual, isto é, o controle religioso e a cobrança de impostos eclesiásticos, sendo dado, a partir dessa data, início às navegações realizadas por membros da Ordem que culminaram com a “descoberta” do Brasil por Pedro Álvares Cabral.”

Como bem podemos constatar, o texto apresentado no Projeto de Lei, de forma extremamente similar aos dois textos apresentados e analisados anteriormente, busca reivindicar uma ideia de origem do Brasil como um projeto empreendido por Templários. O Brasil, bem como o Descobrimento, seriam, segundo as narrativas promovidas por esses textos, resultados deliberadamente planejados por uma Ordem de Cavalaria originada da Europa Medieval. Nesse ponto, fica evidente que o projeto pretende construir e dar continuidade a uma narrativa que corrobora com um *mito fundador templário* e com uma leitura conspiratória e revisionista da História.

A influência do texto escrito por Caldeira faz-se profundamente evidente na narrativa do Projeto. A justificativa faz constantes referências à matéria e, por vezes, reproduz trechos completos do texto originalmente publicado em 1998. Como está colocado na justificativa do Projeto de Lei:

“A história do Brasil teve início no dia 8 de março de 1500, em Lisboa, Portugal, quando, após a missa campal, o rei D. Manuel I subiu ao altar, montado no cais da Torre de Belém e, após tomar a bandeira da Ordem de Cristo (Ordem dos Cavaleiros Templários), a entregou ao Cavaleiro da Ordem Pedro Álvares Cabral, que comandaria a maior frota até então montada por Portugal, composta de 13 navios e 1.500 homens. O rei D. Manuel I, ao entregar a Bandeira da Ordem do Cristo a Cabral, determinou que ela fosse içada na principal nau que partiu em direção à Índia e que “descobriu” o Brasil. Pedro Álvares Cabral cumpriu fielmente a missão e, quatro dias depois que avistara costa brasileira, ergueu onde hoje é Porto Seguro, Bahia, a Bandeira da Ordem de Cristo, onde também foi realizada a primeira Missa, tendo Pero Vaz de Caminha, escrivão da esquadra, narrado o feito ao Rei Dom Manuel I, descrevendo assim: “Ali estava com o capitão a bandeira da Ordem de Cristo, com a qual saíra de Belém, e que sempre esteve alta”. Apesar de Pedro Álvares Cabral não ser o que possuía a maior experiência como

navegador, era um honrado cavaleiro de uma ordem religiosa e militar, digno de confiança, foram dadas a ele duas missões: a de criar uma feitoria na Índia e tomar posse de uma terra já conhecida, o Brasil. Sua presença à frente da missão era de suma importância, pois a Ordem de Cristo, herdeira da Ordem dos Cavaleiros Templários, tinha autorização papal para tal finalidade.”

Ao analisarmos a Justificativa, bem podemos constatar, deparamo-nos com uma continuidade direta do texto de Caldeira. As influências das ideias revisionistas e conspiracionistas de Caldeira podem ser amplamente observadas por meio desse Projeto de Lei, evidenciando, assim, os perigos e a abrangência da disseminação de ideias revisionistas e conspiracionistas, uma vez que trata-se de um Projeto de Lei oficial apresentado na Câmara Legislativa que possui, por objetivo, institucionalizar uma data comemorativa que corrobora com uma visão revisionista da História do Brasil. Essas mobilizações, instrumentalizações e usos políticos de um suposto passado medieval, bem aponta o pesquisador Luiz Felipe Anchieta Guerra, vem ganhando espaço no Brasil na contemporaneidade. Como bem nos alerta o pesquisador, o ideário neomedieval proposto e promovido por grupos ligados à Extrema-Direita tem se dedicado à construção de narrativas reacionárias e revisionistas da História, produzindo uma Idade Média imaginária que atenda aos interesses destes grupos. Como bem pudemos observar, os usos do medieval como forma de se construir uma narrativa profundamente eurocêntrica a respeito do Brasil, tem se provado cada vez mais perceptíveis, estando presentes inclusive, como buscamos destacar e denunciar, dentro da política institucional.

Neste trabalho, buscamos apresentar essas apropriações da Idade Média e da Ordem do Templo na medida em que compreendemos que trazer essas questões à luz do debate acadêmico trata-se de um esforço necessário para evidenciar uma problemática que prova-se cada vez mais flagrante no contexto social, cultural, político e econômico da contemporaneidade: A cooptação do medieval e seus signos como ferramentas de mobilização, propaganda e revisionismo histórico para a construção de narrativas que procuram moldar tanto a ideia que os sujeitos históricos têm do passado quanto moldar seus próprios afetos e preconceitos em relação ao momento histórico que foi o medieval.

Procuramos evidenciar, ao longo desta breve pesquisa, que o medieval, historicamente, sofreu com apropriações, narrativas e abordagens revisionistas e anacrônicas, caracterizando-o como um período histórico marcado por constantes disputas de sentido e interesse por parte dos períodos e sujeitos históricos subsequentes, disputas essas que analisamos, com maior destaque,

ao longo do segundo capítulo deste trabalho. Na contemporaneidade brasileira, observamos, as disputas de sentido, interesse e a propagação de narrativas continuam em evidência na forma dos neomedievalismos analisados. A construção de narrativas que procuram imputar na origem e na história do Brasil uma ligação quase mística com relação a Idade Média e aos antigos templários evidencia uma das principais características apontadas pelos pesquisadores Bruno Salles e Guilherme Otoni a respeito das problemáticas ligadas aos neomedievalismos: A busca por se construir narrativas que se comprometem tão somente com o caráter mercadológico e épico do que grupos revisionistas consideram como “medieval”. A ficção e as grandes narrativas suplantam completamente qualquer rigor teórico e crítico e o bom senso e a metodologia necessária ao se abordar um período histórico tão complexo é amplamente combatidos em prol de um discurso que busca tão somente mobilizar e moldar afetos, construindo uma Idade Média imaginária que atende tão somente aos interesses de grupos revisionistas que buscam, por meio dessa apropriação de signos do medievo, construir um medievo que atenda aos interesses de grupos específicos, os grupos ligados à extrema-direita.

Evidenciamos, deste modo, que a mobilização da figura do templário como uma fantasia de poder que promove discursos revisionistas, violentos e reacionários prova-se um problema que não deve ser negligenciado por pesquisadores e pela Academia. O neotemplarismo, bem como o *mito de fundação templário do Brasil*, faz-se intimamente ligado a uma série de leituras históricas absurdas, de caráter revisionista e conspiratório. Os perigos desses discursos e da cooptação do passado, considerando também a celeridade com que essas narrativas têm se disseminado ao longo dos últimos anos, evidenciam que o fenômeno do neotemplarismo e da cooptação do passado, principalmente no que tange aos seus usos políticos, possuem um forte potencial destrutivo que não deve ser ignorado. Prova-se necessário permanecermos atentos e questionarmos, quando diante deste cenário, a que grupos, considerando a realidade política brasileira, interessam a mobilização do passado medieval e da ideia de uma Cruzada contra “comunistas” e “traidores da pátria”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Idade Média, bem como os signos e o imaginário ligado e associados ao período, como bem pudemos observar ao longo desta pesquisa, constituíram-se a partir de formulações posteriores ao próprio período histórico. As narrativas subsequentes ao período buscaram produzir diferentes imagens, com finalidades distintas dado aos interesses e anseios dos momentos históricos nos quais essas construções foram confeccionadas. Desde uma Idade Média sombria, cuja intelectualidade havia sido renegada a um Medieval épico e fantástico onde Heróis e Cavaleiros faziam-se preponderantes e fortemente presentes nos mitos e nas fantasias. Essas questões evidenciam que o período foi, historicamente, um local de disputa de sentidos e significados. Ao nos depararmos com as questões ligadas ao pensar o Medieval e seus signos no Brasil contemporâneo, bem pudemos constatar, deparamo-nos com o fenômeno do neomedievalismo, narrativas construídas, que não possuem qualquer relação ou compromisso com a historiografia e com os estudos rigorosos, criteriosos e metodológicos a respeito da Idade Média.

Os usos do medieval, amplamente apropriados e cooptados pela Extrema-Direita, têm sido constantemente mobilizados na construção de uma Idade Média que atenda aos seus desejos, anseios e interesses. Quimerizar o passado, construindo narrativas reacionárias e revisionistas, provou-se uma grande problemática, cooptando signos e sujeitos que são atraídos por essas construções absurdas e problemáticas acerca do período. Como bem constatamos ao longo desta pesquisa, a influência desses grupos, assim como suas narrativas e apropriações, prova-se profundamente problemática na medida que suas narrativas configuram-se como um evento de ampla abrangência, adentrando desde o imaginário da população até mesmo a política institucional, manifestando-se na forma de narrativas reacionárias e revisionistas e de Projetos de Lei e programas que buscam disseminar uma idade média violenta, reacionária e hostil a qualquer ideia de crítica, pluralidade, complexidade e diversidade.

A cooptação da Idade Média e da figura do Cavaleiro provou-se, como bem buscamos apontar nesta pesquisa, resultado de um longo processo de apropriações e representações problemáticas do passado medieval. Desse modo, faz-se necessário que historiadores e historiadoras busquem formas de se opor ativamente aos discursos revisionistas e reacionários que buscam promover a simplificação, instrumentalização e quimerização do passado. O

esforço de se contrapor a esses discursos problemáticos pode ser realizado a partir da aproximação entre a História Pública e a História Medieval. Promover uma maior aproximação das esferas públicas aos debates e pesquisas promovidas pela academia a respeito de estudos ligados ao medievo também pode ser de grande importância no que diz respeito a formas de divulgação científica. Apresentar as questões complexas que envolvem os estudos históricos e a diversidade de estudos e análises possíveis de serem realizadas pode permitir ao grande público conhecer e se interessar pela história de forma crítica e consciente dos debates historiográficos que são constantemente trabalhados, evidenciando assim o dinamismo dos estudos promovidos nos espaços acadêmicos. Compreendemos que a possibilidade de se construir meios de diálogo entre os estudos históricos e os sujeitos presentes na sociedade pode permitir trocas que valorizem a diversidade e o rigor metodológico. Fazer do espaço público um lugar de diálogo e debate é fundamental para que se possa combater discursos problemáticos e tentativas de cooptação do passado. Promover a análise e o pensamento crítico é um passo fundamental para que se possa realizar debates que possibilitem, efetivamente, combater essas apropriações e apresentar essas considerações de forma crítica para o grande público pode ser um importante passo para se construir uma relação de proximidade e diálogo entre o espaço acadêmico e a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Mauricio da Cunha, BOTAFOGO, Fernando de Oliveira, MANSAN, Rafael Oliveira. Minha honra se chama lealdade: a mítica cavaleiresca no imaginário nacional socialista - usos propagandísticos de um passado lendário (1933 – 1945). *Temporalidades – Revista de História*, ISSN 1984-6150, Edição 24, V. 9, N. 2 (mai./ago. 2017).

ALCANTARA, Guilherme Rodrigues Otoni, SALLES, Bruno Tadeu. Do Templarismo ao Neotemplarismo: o problema do consumo e da nostalgia nas leituras da Extrema-Direita brasileira acerca da Ordem do Templo. *Medievalismo: uma Média Idade na imaginação moderna e contemporânea* / coord. por Lorena da Silva Vargas, 2021, ISBN 978-65-250-0835-6, pp. 211 - 238.

ALTSCHUL, Nadia R., GRZYBOWSKI, Lukas Gabriel. Em Busca dos Dragões: A Idade Média no Brasil. *Antíteses*, Londrina, v.13, n. 25, p. 024-035 jan-jun. 2020, p. 24-35

BARTHÉLEMY, Dominique. A Cavalaria: da Germânia Antiga à França do Século XII. Campinas: EDUNICAMP, 2010.

BASTOS, Mario Jorge da Mota. Estabelecidos e 'outsiders' na medievalística contemporânea. *Revista Ágora*, Vitória/ES, n. 26, p. 107–121, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/18722>. Acesso em: 9 maio. 2025.

CARDINI, Franco. “O Guerreiro e o Cavaleiro”. In: LE GOFF, Jacques. *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

CLAXTON, E. Haley. The Knights of the Front: Medieval History's Influence on Great War propaganda. *Crossing Borders: A Multidisciplinary Journal of Undergraduate Scholarship*. Kansas; v. 1, Issue 1. 2015, p.2.

DUBY, Georges, *A História Continua*. Tradução: Ana Cristina Leonardo. 1º Edição. Edições

ASA Lisboa: Portugal, 1992.

DUBY, Georges. A Sociedade Cavaleiresca. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

DUBY, Georges. Guerreiros e Camponeses : os primórdios do crescimento econômico europeu séculos VII a XII. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

DUBY, Georges. Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

FRANCO JÚNIOR, Hilário, 1948- A Idade média : nascimento do ocidente / Hilário Franco Júnior. -- 2. ed. rev. e ampl. -- São Paulo : Brasiliense, 2001.

FLORI, Jean. A Cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2005.

GUERRA, Luiz Felipe Anchieta. Neomedievalismo político no Brasil contemporâneo. In: BERTARELLI, Maria Eugênia; BIRRO, Renan Marques & PORTO JUNIOR, João Batista da Silva (orgs.). **Medievalismos em olhares e construções narrativas**, v. 1. Ananindeua (Pará): Itacaúnas, 2021.

HECKO, Leandro. Algumas perspectivas do Cavaleiro Medieval na obra de Georges Duby. Revista Eletrônica Trilhas da História, 2014.

Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/469/270>

LANZIERI JÚNIOR, Carlile. Ontem e hoje, o porta estandarte: reflexões sobre os usos do passado medieval, a estética bolsonarista e os discursos recentes da direita brasileira. Roda da Fortuna, v. 8, n. 2, p. 189-209, 2019.

LE GOFF, Jacques. Em busca da Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LE GOFF, Jacques. Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Estampa, 1993.

MACEDO, José Rivair. (Org.). A Idade Média portuguesa e o Brasil: reminiscências, transformações, ressignificações. 1 ed. Porto Alegre: Editora Vidraguas, 2011.

MORAIS, Lucas Luan A. O “mito” fundador luso-brasileiro: Apropriações do passado medieval europeu na construção de uma identidade nacional em Brasil: A Última Cruzada. Medievo - Vol. 2: Estudos em Medievalismo. 2021.

MORALES, Antonio Huertas, CRESPO-VILA, Raquel. Idade Média: idade “mediada”, idade “multimédia”. Revista Signum. 2023

Disponível em: <http://www.abrem.org.br/revistas/index.php/signum>

MORSEL, Joseph. Le moyen âge vu d’ailleurs. BUCEMA, [Paris], v. 7, p. 1–5, 2003.

NUNES, Mônica Rebecca Ferrari. Memórias e matrizes em textos midiáticos explosivos: cenas medievalistas na cultura jovem / Memories and matrices in explosive media texts. Intexto, [s.l.], v. 5, n. 37, p.242-261, 21 dez. 2016, p.244
<http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583201637.242-262>.

PORTO JUNIOR, João Batista da Silva. As expressões do medievalismo no Século XXI. In: XVIII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: HISTÓRIA E PARCERIAS, 18., 2018, Rio de Janeiro. Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias. Rio de Janeiro: Anpuh, 2018. p. 1 - 10.

PRESTAGE, Edgar. A cavalaria medieval: ensaios sobre a significação histórica e influência civilizadora do ideal cavaleiresco. Porto: Livraria Civilização, s. d.

RIBEIRO, Felipe Augusto. Brasil (Neo)Medieval: Idiossincrasias de um uso do passado. Polo Interdisciplinar de Estudos do Medievo e da Antiguidade (POIEMA), UFPEL. 2022.

Disponível em:
<https://wp.ufpel.edu.br/poiema/texto-brasil-neomedieval-idiossincrasias-de-um-uso-do-passado/>

VARGAS, Lorena da Silva. *Medievalismo: A Idade Média nos Imaginários moderno e contemporâneo*. 1. Paraná: Ed. Appris, 2021.

WORKMAN, Leslie. Editorial. *Studies in Medievalism*, Cambridge, v. 1, n. 1, p. 1-3, 1979.